



Revista
Academic Research

FAP

Revista Semestral – Volume 5, Nº 10, agosto / dezembro de 2019

14
anos

Construindo o
Ensino Superior
de Qualidade na
Região do Baixo
Parnaíba!

CRESU

Centro Regional de Ensino Superior Arno Kreutz Ltda

F
A
P

COMISSÃO EDITORIAL

Lucas Moraes Santos

Cleane de Jesus Costa

Raimunda Nonata Fortes Braga

COMITÊ DE REDAÇÃO

Cleane de Jesus Costa

Lucas Moraes Santos

SECRETÁRIA

Grazieli Brito da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Prof.ª. Esp. Ana Carolinne de Oliveira Lima - FAP

Especialista em Docência do Ensino Superior – INTA

Prof.º. Dr. Casemiro de Medeiros Campos - FAP

Doutor em Educação – UFC/CE

Prof.ª. Ma. Cleane de Jesus Costa - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

Prof.ª. Ma. Cleydlenne Costa Vasconcelos

Mestra em Parasitologia – ICB/UFMG

Prof.º. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva - UFMA

Doutor em Agronomia/Entomologia Agrícola – UFLA/MG

Prof.ª. Ma. Francinalda Araújo e Silva - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

Prof.ª. Ma. Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

Prof.ª. Anilde Silva Carvalho - FAP

Especialista em Docência do Ensino Superior – UCAM/RJ

Prof. Me. Lucas Moraes Santos – FAP

Mestre em Direitos Humanos – UnB/DF

Prof.º. Esp. Radson Ferreira do Vale - FAP

Especialista em Docência do Ensino Superior – FAP/MA

Prof.ª. Ma. Raimunda Nonata Fortes Braga - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

Prof.º. Dr. Regis Catarino da Hora - UFMA

Doutor em Ecologia e Recursos Naturais – UFSCAR/SP

PROGRAMAÇÃO VISUAL / DIAGRAMAÇÃO / CAPA

Raimunda Nonata Fortes Braga

José Victor Mesquita Moraes

NORMALIZAÇÃO

Rayssa Cristhália Viana da Silva

FAP Academic Research / Faculdade do Baixo Parnaíba. v. 5, n. 10,
(ago./dez. 2019) – Chapadinha- MA, 2019.

v. 5, n. 10, (ago./dez. 2019)

Semestral

ISSN 2446-8312

1. Educação Superior – Periódicos. I. Faculdade do Baixo Parnaíba. II.
Título.

CDU 378(051)

Elaborada pela Bibliotecária Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

SOBRE A FAP ACADEMIC RESEARCH

A *FAP Academic Research* é um periódico editado e organizado pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), instituição de educação superior localizada no município de Chapadinha, na região conhecida como Baixo Parnaíba e Alto Munim, no estado do Maranhão, Brasil. Além de cumprir o objetivo de constituir um veículo para a divulgação dos trabalhos de alta qualidade e rigor acadêmico produzidos pelo corpo docente e discente da FAP, o Periódico tem a missão de fazer avançar as trincheiras da consolidação da oferta de uma educação superior de qualidade e verdadeiramente emancipadora no interior do Maranhão.

Localizada no meio do semiárido maranhense, Chapadinha está rodeada por uma das regiões mais pobres do estado do Maranhão, por sua vez, um dos estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Nesse contexto, os desafios envolvidos na oferta de educação superior de qualidade, sobretudo, para uma instituição privada, não são poucos. Desde a frágil educação básica oferecida pelas escolas públicas locais, até as dificuldades econômicas de uma população de gente muito trabalhadora, mas muito explorada e aviltada de direitos fundamentais, acumulam-se as dificuldades apresentadas ao processo educacional na região.

Em tal cenário, a FAP acredita que somente uma educação que emancipe de maneira duradoura e sustentável pode dar sentido à continuação desse projeto, caso em que a pesquisa científica, contextualizada e consciente de sua qualidade política inerente, tem um papel fundamental a desempenhar. Mais do que profissionais tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, a FAP busca formar cidadão críticos e capazes de transformar as suas realidades e as daqueles a sua volta. É justamente esse processo de emancipação que pode ser muito favorecido pelas habilidades de pesquisadores, cuja função básica é a de tirar paradigmas do pano de fundo social, questioná-los e, se necessário desconstruí-los.

Contamos, portanto, com a colaboração de toda a comunidade acadêmica da FAP para enriquecer cada vez mais a produção científica séria e crítica desta IES. Da mesma forma, convidamos professores, estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até o pós-doutoramento, a contribuírem com o periódico com seus trabalhos e pesquisas, a fim de fortalecer a missão de Davi contra Goliás que é esta de viabilizar a pesquisa e a emancipação pela educação no interior do Maranhão.

Os trabalhos devem ser enviados em arquivo eletrônico em word para <nupek@fapeduca.com.br> , incluindo:

- O corpo do artigo, com 7.000 a 10.000 palavras. As notas de rodapé devem ser, preferencialmente, curtas e objetivas, ao passo que as referências bibliográficas devem estar de acordo com o padrão ABNT;
- Breve biografia da autora ou do autor, com, no máximo, 50 palavras;
- Um resumo do artigo, respeitando o máximo de 150 palavras, incluindo palavras-chave que facilitem a catalogação bibliográfica.

Embora priorizemos trabalhos inéditos, subsidiariamente, poderemos aceitar trabalhos já publicados, que sejam de indiscutível relevância para a temática da Revista. Por sermos uma Faculdade que oferece majoritariamente cursos das Ciências Sociais Aplicadas, nosso foco está em artigos com temáticas relativas à Gestão da Educação, Políticas Sociais, Metodologias da Educação e Direitos Humanos, mas em função de nossa missão interdisciplinar, estimulamos o envio de trabalhos relacionados a outros temas, que possam, de alguma forma, ser correlatos.

Desde já, agradecemos a parceria.

Equipe editorial.

EDITORIAL	6
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma política pública em análise	7
Edilson Vilaço de Lima Mariana Corrêa S. Muniz	
OS BENEFÍCIOS DA LEITURA NA VIDA ACADÊMICA	22
Letícia Maísa da Costa Machado Matos de Carvalho	
EDUCATIO E CIVIS ROMANUS: educação e a formação do cidadão na república romana	32
Amanda Cristina Amorim Silva Neves	
A RELEVÂNCIA DAS GARATUJAS NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM INFANTIL	44
Maria da Conceição Lopes Maria das Dores Rodrigues Teixeira Maria dos Milagres Araújo da Silva Rosimar Alves dos Santos	
EMPREENDEDORISMO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	69
Rayssa Cristhália Viana da Silva	

EDITORIAL

À medida que o tempo passa, é possível notar o quanto a política, os valores sociais, morais, educacionais e religiosos têm sofrido mudanças. Estes são fenômenos sociais que passam naturalmente por transformações, haja vista que a sociedade muda a partir de novos fenômenos que vão surgindo e acompanha-los é necessário. Diante desse contexto, temos o homem, este ser que se encontra, também, em processo constante de mudanças devido ao fato de estar inserido neste bojo, assim, compreende-se que o indivíduo desta contemporaneidade tem mudado, naturalmente, no intuito de acompanhar o momento que o cerca.

O momento vigente tem exigido de nós, sujeitos protagonistas desta sociedade, uma melhor compreensão da razão de ser e de existir da ciência. A academia, à medida que o tempo evolui, tem possibilitado aos seus discentes maiores possibilidades de vivenciarem o mundo que os cerca de maneira mais científica, nesses moldes, pode-se inferir que a ciência está em todos os lugares, à disposição daqueles que ousarem desvendá-la.

Nesse contexto, o Conselho Editorial da Revista FAP Academic Research lança a sua segunda edição do ano de 2019 com a missão de envolver e incluir, cada vez mais, seus leitores no universo da pesquisa.

O Conselho Editorial da FAP *Academic Research* deseja a todos uma excelente leitura e faz votos para que esta lhes desperte, cada vez, para um mundo novo e reforça, ainda, que aquele que se permite lançar ao universo da leitura jamais voltará a ser o que era antes, tendo em vista que o ato de ler alarga, de maneira considerável, a percepção de tudo que cerca o verdadeiro leitor. Estar em contato com uma leitura oportuniza àquele que ler uma ampliação de horizontes. Permita-se a fazer parte deste universo. Seja você, também, um leitor.

A equipe editorial.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma política pública em análise

TO PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL AND TO THE CREATION OF TWO FEDERAL INSTITUTES: a public policy under analysis

Edilson Vilaço de Lima¹
Mariana Corrêa S. Muniz²

RESUMO: O intuito deste trabalho é fazer uma análise das políticas públicas educacionais do ensino profissionalizante (EPTs) e seu caráter técnico científico nos institutos federais (IFs). Como essa agenda é perpassada em sua análise socio histórica, as vertentes que ela assume no Brasil – desde as primeiras instituições desse ensino técnico até seus modelos de formação, fordista, taylorista e etc. -, e qual a relevância que os governos veem nessa modalidade de ensino, haja vista, que a mesma se configura como formação apenas de mão de obra operariada, tangenciando assim o sentido do que seria educação. Será apresentado também o layout dessa nova modalidade de ensino mediante as transições propostas pelos governos e seus incentivos até as inúmeras modificações nacionais e as exigências que o mundo o globalizado e a economia neoliberal exigem dos seus trabalhadores enquanto mão de obra qualificada.

Palavras - chave: Educação. Políticas Públicas. Ensino Profissionalizante. Institutos Federais. Trabalho.

ABSTRACT: This article focuses on the process of reading exercise in the academic segment of the Faculty of Baixo Parnaíba - FAP in Chapadinha - MA, as it directly influences professional training and qualification. The student enters college to learn topics of his choice and become a professional in a certain area, and for learning to occur efficiently and to deepen in certain subjects. And that is what reading provides. The text presents a discussion about reading, first outlining the reading practices of undergraduate students. Then, it points to the importance of the role of the reader teacher in Higher Education who works with reading. This qualitative research carried out through a bibliographic study aims to show the benefits of reading to those who practice it, as well as to recognize the strategies that comprise this activity.

Keywords: Education. Public policy. Vocational Education. Federal Institute of Labor and Labor.

¹ Professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Licenciado em Filosofia e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

² Professora da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo expõe um estudo sobre a política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira considerando seu processo histórico-formativo e seus desdobramentos recentes, tendo em vista o contexto econômico, político e ideológico que forja a expansão da rede de educação profissionalizante durante os doze anos de governo sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT).

O objetivo deste artigo é compreender a EPT como política pública que – no bojo da ideologia neoliberal que também marca os governos petistas – se firma como política permeada de contradições, posto que a compreensão de expansão deste viés educacional se pauta em uma necessidade do capital em obter mão de obra, e do trabalhador em se fazer mão de obra, este último, tendo em vista, suprir as demandas geradas por um discurso taylorista³ que exige a formação de profissionais aprimorados, superespecializados e técnicos, em detrimento de uma formação que possibilite a construção de visões de mundo, que vá para além de uma educação que tenha como propósito preparar para o mercado de trabalho.

O processo de desenvolvimento deste artigo foi realizado em três momentos inter-relacionados. O primeiro momento compreende a caracterização da educação profissional brasileira, esmiuçando sua progressão em uma perspectiva sócio histórica. O segundo momento apresenta a partir de uma abordagem quantitativa a organização da EPT no Brasil entre os anos 2003 e 2016, destacando sua expansão e capilaridade. O terceiro e último momento problematiza a EPT enquanto um novo paradigma educacional, questionando o futuro deste ensino diante de uma nova perspectiva governamental.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Valendo-se de uma perspectiva histórico-dialética, pode-se afirmar que a educação brasileira – assim como as demais políticas públicas – é resultante do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais, sendo assim fruto de forças socialmente antagônicas que contribuem para a reprodução da ideia de classes (umas melhores e maiores, outras piores e menores). Posto isto, a política educacional é pensada –

³ O objetivo, contudo, dos métodos de Taylor é inequivocamente a extração do conhecimento da classe trabalhadora a fim de liquidar seu poder de barganha em face dos/as compradores /as de força de trabalho. Nesse processo, como vimos em várias passagens, é imprescindível a participação ativa da gerência do capital (ainda que assalariada) na incumbência de prestar “assistência” aos / às trabalhadores / as na imposição de métodos ditos “científicos”. É de se notar, à luz da teoria do valor-trabalho em Marx, a importância concedida por Taylor às camadas gerenciais “improdutivas”, no seu papel de suporte à otimização da exploração do trabalho em processo (ANTUNES, 2017, P.24).

contraditoriamente – de uma classe “de cima” para outra, considerada “de baixo”⁴. Esta dualidade estrutural pode ser empiricamente demonstrada pela existência de tipos diferentes de educação, feitas para classes distintas.

Para uma determinada parcela da população - que é detentora de poder econômico, político e cultural – a trajetória escolar é historicamente propedêutica, esta proposta visa o ingresso nas universidades e a formação de intelectuais; já para a grande maioria, resta a formação para o trabalho, ou chamada formação técnica, que visa a formação de mão de obra para o mercado.

Fernandes (1989) ao tratar sobre o desafio educacional afirma em outras palavras que existem dois tipos de educação: uma para a burguesia e outra para o mercado de trabalho e ambas possuem propósitos comuns: manter a ordem de dominação vigente. Nesta perspectiva, a Educação Profissional no Brasil é inicialmente criada para atender a crianças, jovens e adultos não burgueses.

A EPT no Brasil já ocorre - de certa forma - desde o período colonial. A formação do trabalhador teve seu começo nos primeiros ‘aprendizes de ofícios’, no qual eram estes os índios e os negros escravizados, considerados então como as classes mais baixas da sociedade, sendo postos como selvagens ou incivilizados. A consideração do trabalho manual como uma atividade vulgar, ou ainda uma atividade inferiorizada - é vista pelas elites com certa ojeriza em relação às atividades intelectuais. O trabalho, principalmente o manual, era considerado uma “atividade desprovida de consideração social”, como afirma Castanho (2006)⁵.

Os jesuítas – responsáveis pelo processo de catequização/escravização – eram nesse período encarregados por essa instrução tanto do índio quanto do negro, sendo estes vistos apenas como mão de obra. Essa educação servia para a manutenção das relações mercantilistas impostas às colônias na América pelos portugueses e espanhóis. Segundo

⁴ Essa visão das hierarquias da educação classe coaduna com a visão de Florestan Fernandes no que tange a perspectiva de classe, no qual o dualismo educacional é reflexo das estruturas da sociedade capitalista. Onde Florestan identifica dois tipos de educação, uma que vem de cima voltada para a burguesia e outra provinda de baixo que é voltada para o estado de dominação e objetificação do trabalhador, alienando-o e preparando para o mercado de trabalho (GRIFO NOSSO).

Cito Florestan (1989, p.243):

“Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusiva. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado, ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado! Ora, o trabalhador? Tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção”.

⁵ CASTANHO, Sérgio. Educação e trabalho no Brasil colônia. Mimeo. Trabalho apresentado na sessão “Colóquios de História da Educação” do Grupo HISTEDBR – Unicamp, 2006, também disponível on line no site.

Manfredi (2017) “os primeiros núcleos de formação profissional couberam aos jesuítas”. Assim, para os estes coube a evangelização e principalmente a perda da identidade cultural dos indígenas e o ensino de alguns ofícios, para garantir a dominação.

Algum tempo depois – já no período Imperial - a Educação Profissional ficou sob a responsabilidade de alguns estabelecimentos privados que recebiam recursos do Estado para garantir a oferta de cursos profissionalizantes, de acordo com Manfredi (2002, p. 23), “[...] ora partiam de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais - das províncias legislativas do Império, de presidentes de províncias, de assembleias legislativas.” Não havia uma preocupação por parte do poder público com a qualidade do ensino, já que o objetivo era atender a demanda de mão de obra para o mercado.

No período republicano com a abolição da escravatura e a proclamação da república, a urgência de se dinamizar o processo de industrialização no país era necessário, incitando assim a formação do operariado para atender as necessidades do mercado. O surgimento de centros urbanos e novas atividades econômicas exigiam a escolarização da população. Assim, as profundas transformações que estavam ocorrendo estenderam-se para a educação básica, superior e a profissional.

Estas modificações de compreensão cultural - no que tange as novas funcionalidades da escola enquanto instituição formadora ou suas novas modalidades como no caso da educação profissional – são apresentados no art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Tais transformações acompanham o aspecto normativo e se consubstanciariam muito tempo depois na LDB, mais especificamente na Lei nº 9394 de 1996, que trouxe diretrizes mais singulares para a educação profissional, todavia estas restringiam-se quase que exclusivamente às escolas técnicas e agrotécnicas federais e em poucos sistemas de ensino, conforme o Ministério da Educação que em 2007 estabelece os objetivos da educação profissional, no sentido de não formar apenas técnicos de nível médio, mas também de permitir a “qualificação, a requalificação, a profissionalização.

Em 1997 o decreto nº 2.208/97 definiu os objetivos da modalidade ensino profissional atrelando-a ao ensino básico. Já em 2004 este decreto é revogado dando lugar ao nº5154, que estabelece novos parâmetros para educação técnica e profissional de graduação e pós-graduação, dessa forma dissemina-se amplamente a educação técnica e profissional. Por meio destes decretos foi possível a criação dos CEFETs.

Nos anos seguintes, desde 2005 a 2016, a educação tecnológica se firma de vez com a criação e ampliação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, enfatiza-se a natureza dessas instituições, que difere das universidades. Os IFs possuem características

como estrutura *multicampi*, articulação do ensino, pesquisa e extensão e autonomia administrativa, aliando assim as outras modalidades de ensino, educação básica, graduação e pós-graduação.

Notemos então que a educação profissional não se daria no sentido integral do que se entende e espera da educação, mas em seus aspectos filosóficos e teleológicos busca suprir uma demanda e uma adequação mercantil. Os IFS surgiram por força de lei, sendo hoje um crescente na realidade nacional, apesar de buscarem suprir tais necessidades desenvolvimentistas, seguindo na vertente contrária dos retrocessos políticos, sociais e econômicos. Dessa forma vê-se que os anseios neoliberais introjetam um estigma da dualidade dos sentidos da primazia educacional do Brasil.

3 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E SUA EXPANSÃO NO PERÍODO 2003-2016

Com a publicação da Lei nº 11.892/08, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁶ a partir da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas Federais, instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A base legal também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instrumento que passa a organizar, de forma sistêmica, uma rede já com trajetória histórica no País.

Entre os objetivos dessas instituições, na sua grande maioria já às portas de uma atuação centenária, a oferta de educação profissional desde o nível básico, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos de nível médio, até cursos de nível superior e de pós-graduação, como foco nas engenharias, cursos tecnológicos e na formação de professores.

Entretanto, o modelo adotado para a efetivação dessa Rede e, conseqüentemente, a efetivação do processo de expansão tinha como foco primórdio a migração para Instituto Federal. Nesse sentido, três instituições não aderiram ao modelo e permaneceram tal como qual antes da nova legislação, sendo elas a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG). Também integra a lista de instituições pertencentes a

⁶ Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.892/08, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da adesão de 75 instituições, dentre as 102 que poderiam optar. Os Institutos Federais foram compostos por todas as Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 CEFETs e 8 das 32 Escolas Vinculadas às Universidades Federais.

Rede Federal de Educação Profissional às Escolas Técnicas Vinculadas as Universidades Federais e o Colégio Pedro II, estes dois últimos incluídos pela lei nº 12.677, de 2012.

Sobre os motivos que levaram ao isolamento dos CEFETS, Otranto (2011) observa que existia um grande interesse dessas instituições em migrarem para o modelo de Universidade Tecnológica alcançado pelo CEFET/PR.

Durante o processo de mudança e reorganização da rede o governo federal enfrentou algumas reações que foram diferenciadas em cada um dos grupos. Em relação aos CEFETs, quando a reforma começou a ser delineada, tinham como principal objetivo alcançar o *status* de Universidade Tecnológica, a exemplo do acontecido com o CEFET Paraná, em 2005. Quando, em 2007, o MEC se contrapôs a esse movimento, informando não ser esse o objetivo do Ministério e apresentando um caminho diverso, consubstanciado no Decreto 6.095, que já indicava a criação dos Institutos Federais, houve uma reação inicial que não foi levada adiante pela maioria dos CEFETs. Somente se mantiveram na resistência o CEFET-RJ e o CEFET-MG, que se sentiram merecedores do mesmo direito de transformação em Universidade Tecnológica, devido ao fato de terem sido elevados à categoria de Centros Federais na mesma época que o CEFET-PR (OTRANTO, 2011, p. 7-8).

Considerando uma inovação pedagógica⁷ (PACHECO, 2010), a lei de criação dos Institutos Federais, que lhes garantiu a natureza possuidora de autonomia administrativa, patrimonial e disciplinar. Sobre a natureza dos Institutos Federais, e a sua área de atuação, vamos recorrer ao artigo 2º da lei nº 11.892:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, NÃO PAGINADO).

Os Institutos Federais têm por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Hoje, as instituições que integram a Rede Federal totalizam 644 unidades, número oficial do Governo. Sabemos, entretanto, que este número é maior em razão que várias unidades, campi de Institutos, ainda estão em fase de construção e/ou não possuem autorização de funcionamento por parte do Ministério da Educação. Logo, estas unidades não estão contabilizadas nos números oficiais do Governo Federal.

⁷ Termo cunhado para o modelo verticalizado dos Institutos Federais, que ofertam desde a educação básica a superior. O sistema possibilita que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado.

Importante destacar que essa Rede foi expandida em 360%, saltando de 140 unidades construídas entre 1909 e 2002 para 644 unidades ao final de 2016 com a edificação de 504 novas escolas, conforme dados oficiais.

Outra característica dessa Rede é a forte capilaridade. No plano de expansão dessas instituições foram atribuídos critérios de territorialidade, com foco no atendimento de regiões sem a presença da educação profissional pública e em municípios de com população de 100 mil habitantes e, posteriormente com indicação de contemplação de municípios com 50 mil habitantes; e social-econômico, com o atendimento aos arranjos produtivos com foco no desenvolvimento local. O resultado é que essas instituições estão presentes em aproximadamente 80% das microrregiões brasileiras.

3.1 A nova expansão da educação profissional com o PRONATEC

Em 2011, por intermédio da sanção da Lei nº 12.513, em 26 de outubro o Governo da Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

O Pronatec se tratava de um esforço da união em articular com os atores da Rede Federal de Educação Profissional, com as entidades Estaduais, Privadas e com as instituições que integram o Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S) a reestruturação, ampliação e interiorização da educação profissional no Brasil.

Nesse cenário, o mote para implantação do Pronatec são reticentes estudos que apontam para um apagão da mão obra qualificada no Brasil e a iminente consequência na expansão da economia, sobretudo para o desenvolvimento da indústria nacional.

Entre as principais iniciativas do Pronatec, destaca-se:

- Interiorização da Educação Profissional;
- Ampliação da oferta de vagas em cursos de capacitação para jovens e trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda em instituições públicas e privadas;
- Programa Brasil Profissionalizado – expansão das Redes Estaduais de Educação Profissional;
- Rede e-Tec Brasil – formação técnica na modalidade de Educação a Distância;
- Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Entre as propostas iniciais do programa, a meta de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Como meta, ofertar 8 milhões de vagas para qualificação profissional até o ano de 2014.

O foco aqui é qualificar o trabalhador para suprir as carências de um sistema produtivo em precária expansão. A carência desses profissionais preparados, o chamado apagão da mão de obra, foi um dos principais argumentos para a instituição e financiamento do Pronatec.

Na esteira do programa, como público-alvo jovens estudantes; beneficiários de programas assistencialistas de renda, e trabalhadores desempregados e na condição de recebedor do seguro desemprego.

Esse debate não era novo. Em 2007, por exemplo, ano de crescimento econômico no Brasil, a questão foi centrada em um debate aberto sobre a qualificação da força de trabalho brasileira para atender as novas demandas da economia.

Dez anos antes Em 2007, quando os indicadores do PIB anunciavam a consistência do crescimento econômico, ressurgiu com muita ênfase o debate sobre a qualificação da força de trabalho brasileira. Pesquisas conjunturais [...], estimularam a discussão sobre a falta de mão de obra para fazer frente aos novos desafios do País. [...] O debate prosseguiu até setembro de 2008, quando a economia americana empurrou o mundo para a recessão (CASTIONI, 2011, p. 2719).

No período de 1995 a 1997, a questão do “apagão” da mão de obra foi lançada sobre a necessidade de um novo modelo de trabalhador.

[...] entre 1995 e 1997, o País debateu intensamente a necessidade da qualificação profissional da sua força de trabalho. À época os motivos eram outros. O Brasil enfrentava uma crise do emprego e a qualificação profissional foi invocada para demonstrar que estava surgindo um novo profissional e que era necessário um trabalhador de tipo novo. Naquela época, um amplo e ambicioso programa de qualificação profissional denominado Plano Nacional de Educação Profissional – PLANFOR [...] (CASTIONI, 2011, p. 2719).

Àquela época o esforço em qualificar os profissionais estava centrado, em termos de recursos, no Ministério do Trabalho, o PLAFOR, que tinha como foco qualificar de 15 milhões de pessoas à época.

Já em relação às opções de qualificação, os esforços do Pronatec foram centrados na oferta de um catálogo de cursos composto basicamente por duas modalidades - os técnicos com carga horária mínima de 800h e os de Formação Inicial e Continuada, (FIC), com carga horária entre 160 e 240 horas.

A oferta destes cursos ficou a encargo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, composta de forma majoritária pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Participam ainda as Secretarias Estaduais de Educação, o Sistema S e as Redes

Privadas de Educação. Entretanto, toda essa articulação dependia de um demandante⁸ para a efetivação da oferta dos cursos – geralmente Ministérios e/ou Secretarias Estaduais e Municipais.

E ainda na esteira deste, a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC), que ficou a cargo da oferta de cursos de Educação Profissional Técnica na modalidade à distância. Apenas esses dois últimos exemplos deixam evidentes quantas ações foram e ainda estão sendo empurradas para o Pronatec. Existe também um acordo com o Sistema S que prevê que SENAI e SENAC apliquem dois terços de sua receita na oferta da Educação Profissional gratuita.

Nesse contexto, uma das principais contribuições do Pronatec foi o aporte de recursos para expansão das Redes de Educação Profissional no Brasil, seja na Rede Federal ou nas redes estaduais, por meio do programa Brasil Profissionalizado. Os recursos foram empregados em construções de novas escolas, reforma e ampliação da infraestrutura e recursos pedagógicos.

4 NOVO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - DESCONTINUIDADE OU APRIMORAMENTO?

Com a derrocada do governo da Presidente Dilma Rousseff em processo que culminou com seu afastamento, iniciativas fundamentais ao desenvolvimento e financiamento da Rede Federal foram relegadas. A continuidade de programas como o Pronatec e a expansão da Rede Federal (IFs), iniciativas que já estavam sofrendo desde 2015 com os constantes contingenciamentos e cortes de orçamentos na educação em razão do cenário de crise a pouca arrecadação fiscal, passam também a conviver com a incerteza da continuidade de suas ações. Essas mudanças afetaram de forma drástica as estruturas curriculares no atual contexto da educação nacional, o Brasil opta portanto, por uma política gerencialista, com ênfase na avaliação por resultados. Dentro de uma perspectiva positivista no que se refere às políticas de avaliação, é importante também caracterizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído pela Portaria nº 438/1998.

Até meados de 2016, a gestão central da educação no Brasil estava nas mãos do Partido dos Trabalhadores. Sempre importante, era estratégico ao Governo manter o controle do Ministério da Educação, uma das maiores pastas do executivo e com enorme capilaridade nos estados e municípios. O modelo gerencialista utilizado pelo estado e a forma integrada

⁸ A oferta é definida a partir da demanda apresentada por instituições parceiras de forma a atender as necessidades do setor econômico e/ou social e da região onde o curso será disponibilizado. As instituições demandantes são responsáveis por identificar a necessidade de cursos na sua área de atuação e realizar a mobilização, seleção e pré-matrícula do público a ser capacitado.

dada educação profissional ao ensino médio foi inicialmente prevista pelo Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), tendo seu conteúdo sido incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Lei nº 11.741, de 2008 (BRASIL, 2008a). É uma forma de mascarar a articulação entre a educação profissional técnica e o ensino médio, cujo sentido está no compromisso ético e político de assegurar aos estudantes, em um único currículo, o direito à formação profissional, sem que esta substitua a formação geral, tal como foi descrito no parágrafo segundo do artigo 36 da versão original da LDB.

É na agenda do processo de reorganização da cúpula da alta gestão no executivo que o MEC passa a ser loteado na conjuntura de acordos políticos do Presidente Michel Temer (MDB) na busca pela governabilidade. Com essa reorganização, a nova gestão promoveu alterações estruturantes. A necessidade de se adequar o Brasil ao layout global sobre de políticas nacionais, como as manifestadas pelo PISA⁹ e pelos mecanismos de diálogo e assessoramento de organismos internacionais, bem como a ação de representantes locais desses interesses, como o movimento Todos pela Educação, constitui um elemento a ser levado em conta em estudos sobre políticas educacionais. Posteriormente à aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 13.415.

Em meio a tantas reformas políticas e nesse contexto de flexibilização das modalidades do ensino das EPTs e dos IFs, o Pronatec, por sua vez, com o apelo a um discurso de pouca efetividade e baixo nível de capacitação dos trabalhadores, passa a receber uma nova roupagem – o Mediotec, claramente um preparativo para a proposta de reestruturação da oferta da educação profissional pública pelas instituições da Rede Federal. A lógica agora é ofertar cursos de qualificação profissional de curta duração, até 160 horas, no formato de cursos a distância e em articulação com as Secretarias Estaduais de Educação. Em síntese, o estudante cursa o ensino médio em uma escola do Estado e realiza a qualificação profissional na modalidade a distância em um polo de Instituto Federal.

Tais medidas encontram sustentação, por exemplo, na proposta em estudo pelo Conselho Nacional de Educação para a reforma da Educação Profissional no Brasil. Em outra linha de frente o executivo organizou, na gestão Michel Temer, estudo para proposição de projeto de lei para alterar a lei de criação dos Institutos Federais. Apesar de iniciado na gestão

⁹ O Brasil acompanha essa associação, ao definir a qualidade da educação levando em conta os resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), desde o lançamento do Decreto nº 6.094/2007 — Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação — e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007a). No Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a), essa também é a referência de qualidade da educação, o que, para Gesqui (2016, p. 93), “desestimula – ao menos durante sua vigência – a necessária continuidade do debate acadêmico e legal sobre o conceito de qualidade da educação básica nacional”

do emedebista, o Projeto de Lei do Executivo que recebeu o número 11.279¹⁰, foi encaminhado ao Congresso Nacional já no ano de 2019 na presidência de Jair Bolsonaro (PSL).

Do outro lado, as instituições que integram a Rede Federal reclamam da falta de diálogo do Governo e, por intermédio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) solicitaram formalmente a devolução do Projeto Lei ao Executivo para que a matéria fosse amplamente debatida com as instituições e a sociedade. O Conselho dos Institutos Federais argumenta, em ofício encaminhado ao Ministério da Casa Civil, que a atual legislação atende de forma satisfatória às instituições. O PL apresenta propostas significativas à Rede Federal, em sua organização e também na oferta e nos processos decisórios da instituição,

Como proposta está a retirada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) da Rede Federal, sob argumento que a instituição está fortemente identificada com o ensino superior e não mais com a educação profissional técnica de ensino médio – fato que realmente ocorre. Além de excluir a UTFPR da Rede a proposta é de criar três Institutos Federais - Centro Paulista, o do Oeste Paulista, estes dois a partir do desmembramento do Instituto Federal de São Paulo; e também a criação do Instituto Federal do Sul da Bahia, com formado a partir de campi dos Institutos Federais da Bahia e Baiano.

No campo da oferta de vagas a principal modificação é quanto ao percentual de ofertas de cursos técnicos. Hoje, 50% das vagas nas instituições devem ser de cursos técnicos de nível médio, percentual que tem como proposta subir para 70%. Já em relação à formação de professores a proposta é que deixe de existir a cota 20% para cursos de licenciatura. As medidas afetam ainda a pós-graduação, impossibilitando que esses Institutos ofertem programas *stricto sensu* em nível acadêmico e passem a ofertar apenas em nível profissional. As modificações incluem ainda alterações nos atuais requisitos aos pleiteantes aos cargos de Reitor e Diretor-geral das unidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente conceituada como formação destinada aos mais desvalidos, a educação profissional atingiu no período de 2003 a 2016 um extraordinário crescimento. A proposta de

¹⁰ Altera as Leis nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008; nº 12.706, de 8 de agosto de 2012, e nº 11.740, de 16 de julho de 2008; cria Institutos Federais de Educação, a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas e a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões, e dá outras providências. A proposta também altera o percentual de vagas por modalidade de ensino e os requisitos para preenchimento de cargos eletivos de Reitor e Diretor-geral.

uma formação profissional implementada no governo Lula/Dilma tentou aliar uma formação técnica junto com uma formação básica de forma mais integral, daí tem-se a diluição das Escolas Técnicas transformadas em Instituto Federais, e os demais programas de educação profissional implementado durante os anos de governo que visava qualificar os trabalhadores. Essa modalidade de ensino passou então a figurar como agenda central do governo federal num esforço de promover qualificação profissional, aumentar os indicadores educacionais e sociais e, sobretudo, criar condições favoráveis para que o país desse um salto no desenvolvimento.

Estava nessa modalidade de ensino a resposta para “apagão da mão de obra” e o aumento da competitividade da indústria nacional. Iniciativas como Pronatec deram fôlego ao processo de expansão e promoveram a interiorização da oferta do ensino técnico no país. Hoje, mais de 600 unidades dos Institutos Federais possibilitam um alcance de 80% das microrregiões do Brasil. Acrescente-se a esta rede também as unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem (Sistema S) e as redes estaduais.

Entretanto, a atual conjuntura, que se agrava frente aos constantes cortes orçamentários e contingenciamentos desde 2016, é de um cenário de incerteza e de falta de diálogo, sobretudo do executivo que propõem, via projeto de Lei 13.415, que subverte a reformulação da Rede Federal de Educação Profissional e que no embalo da aprovação da Base Nacional Curricular Comum alicerça as condições para aprovação de uma reforma no modelo de educação profissional no Brasil mas deixando dualidades no que tange a carga horária e na configuração do que a BNCC chamará o ensino profissionalizante dentro das propostas de itinerário formativo, como versa o §11 do artigo 4º pela oferta e reconhecimento da formação profissional, que será realizada por instituições de educação a distância. Todas essas mudanças e adequações vigoram ainda em 2019 no chamado “novo ensino médio”. A proposta é de implantação gradativa de um ensino em tempo integral, com sete horas de aula por dia e 1,4 mil horas por ano após cinco anos.

A educação profissional, portanto, passa por sérias mudanças no que concerne sua importância de natureza objetiva na preparação de um indivíduo voltado para o mundo do trabalho. Tendo novos limites criados e imensos de desafios no que tange a formação dos indivíduos aptos a ingressar no mundo do trabalho. Sendo agora diluída como uma das sete competências da BNCC como a preparação para o trabalho - reconhecer as próprias aptidões e aspirações, associando-as a possíveis percursos acadêmicos e projetos profissionais e refletir sobre perspectivas para o presente e futuro, projetando metas para o Ensino Médio.

De acordo com os itinerários formativos disponíveis, os alunos poderão escolher já no início do ensino médio qual a área em que desejam se aprofundar. De acordo com o artigo 4º da Lei 13.415, o artigo 36 da Lei 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º. [...]Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: *I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional* (Brasil, 2017).

Destarte, com as novas perspectivas político educacionais notar-se-á que a pauta da educação não se configura como uma meta em si, mas uma mudança de articulação ideológica que perpassa por cada governo. Os entraves enfrentados pela EPTs enquanto produção técnico científico restringir-se-á apenas como repositores de mão de obra alienada. A BNCC propõe uma flexibilização da educação, uma preparação para o mundo do trabalho, mas só para o trabalho. A educação Técnico Profissional dos Institutos Federais visava outrora uma formação integral nos seus aspectos técnico formativos do profissional e do ser humano e com suas reformulações ainda em fase de implementação devemos esperar seus resultados sejam estes benignos ou não, nas palavras de Platão “O começo é a parte mais importante do trabalho”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

_____. **A fábrica da educação: da especialização taylorista a flexibilização toyotista**. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

ASSUMÇÃO, Jéferson. **Homem-massa. A filosofia de Ortega y Gasset e sua crítica à cultura massificada**. Porto Alegre, RS. - Editora Bestiário, 2012.

BRASIL. LDBEN 9394/96. Lei 9394/96–**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Web. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Último acesso em: jun/2017.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, [2008]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 13 jul. de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7313, de 22 de setembro de 2010.** Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Brasília, DF: Casa Civil, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7313.htm. Acesso em: 13 jul. de 2017.

CARVALHO, O. F. **Educação e formação profissional – trabalho e tempo livre.** Brasília: Plano Editora, 2003.

CASTANHO, Sérgio. **Educação e trabalho no Brasil colônia.** Mimeo. Trabalho apresentado na sessão “Colóquios de História da Educação” do Grupo HISTEDBR, Unicamp, 2006.

CASTIONI, Remi. **Planos, Projetos e Programas: Proliferam Ações de Educação Profissional e Persiste a Ausência de Coordenação.** Trabalho apresentado ao 12º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. João Pessoa, 2011.

_____. **O Sistema de Proteção ao Trabalho no Brasil.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

_____. **Educação no mundo do trabalho: qualificação e competência.** São Paulo: Francis, 2010.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2012.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. de. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.** Trabalho apresentado no 9º Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa, 2012.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FIGUEIREDO, A. de M. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: A construção de uma nova institucionalidade.** Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.) **A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, [20--].

GÍLIO, I. **Trabalho e Educação: formação profissional e mercado de trabalho.** São Paulo: Editora Nobel, 2000.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Estado, sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras de ordem e novos velhos problemas. **RBPAAE**, v.13, n. 1, Jan/Jun. 1997.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HOBSBAWN, E.J. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

LIBÃNEO, José Carlos. **Educação escolar: política, estruturas e organização /** São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selam Garrido Pimenta).

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010;

MOTA, M. B.; BRAICK, P. R. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio.** São Paulo: Editora Moderna, 1997.

OTRANTO, Celia. **A Política de Educação Profissional do Governo Lula.** In: 34ª Reunião Anual da ANPEd. Natal, RN, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Natal: Editora IFRN, 2010.

PARADA, E. L. Política y Políticas Públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas Públicas.** Brasília, DF: ENAP, 2006. (v. 1.).

SANTOS, J.; FILHO, D. **Metodologia científica.** São Paulo: Editora Futura, 1998.

SILVA, Arthur; TERRA, Denise. **A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Desafios na Contribuição para o Desenvolvimento Local e Regional.** Trabalho apresentado no Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba, Jun., 2013.

SOARES, Manoel. **As Escolas de Aprendizes Artífices: estrutura e evolução.** Trabalho apresentado no Fórum Educacional. Rio de Janeiro, jul./set. 1982.

OS BENEFÍCIOS DA LEITURA NA VIDA ACADÊMICA

THE BENEFITS OF READING IN ACADEMIC LIFE

Letícia Maísa da Costa Machado Matos de Carvalho¹¹

RESUMO: Este artigo focaliza o processo do exercício da leitura no segmento acadêmico da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP em Chapadina – MA, pois influencia diretamente na formação e qualificação profissional. O aluno ingressa na faculdade para aprender temas de sua escolha e se tornar um profissional de uma determinada área, e para que o aprendizado ocorra de maneira eficiente e se aprofundar em determinados assuntos. É isso que a leitura proporciona. O texto apresenta uma discussão acerca da leitura, traçando, primeiramente, as práticas de leitura da graduação. Na sequência, aponta-se para a importância do papel do professor leitor do Ensino Superior que trabalha com a leitura. Essa pesquisa de natureza qualitativa realizada através de estudo bibliográfico tem o intuito de mostrar os benefícios da leitura para aqueles que a praticam, bem como reconhecer as estratégias que compreendem essa atividade.

Palavras - chave: Leitura. Acadêmicos. Estratégias.

ABSTRACT: This article focuses on the process of reading exercise in the academic segment of the Faculty of Baixo Parnaíba - FAP in Chapadina - MA, as it directly influences professional training and qualification. The student enters college to learn topics of his choice and become a professional in a certain area, and for learning to occur efficiently and to deepen in certain subjects. And that is what reading provides. The text presents a discussion about reading, first outlining the reading practices of undergraduate students. Then, it points to the importance of the role of the reader teacher in Higher Education who works with reading. This qualitative research carried out through a bibliographic study aims to show the benefits of reading to those who practice it, as well as to recognize the strategies that comprise this activity.

Keywords: Reading. Academics. Strategies.

¹¹ Mestre em Teoria Literária pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), professora da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

1 INTRODUÇÃO

Este artigo científico tem como objeto de investigação o incentivo à leitura para os acadêmicos da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), pois se faz necessário no dia a dia desses graduandos, para que os mesmos possam qualificar-se com melhor proficiência e relatar que o hábito de leitura além de fomentar o conhecimento, serve para ajudar a construir uma sociedade com indivíduos melhores preparados no que diz respeito a praticarem os seus direitos como cidadãos de maneira ativa.

Com base no exposto acima, foi criado um grupo de estudos intitulado: “Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rêgo (NUPLER)”, grupo formado por professores da FAP, com o objetivo de discutir temas atuais de leitura que despertem nos acadêmicos a reflexão e o gosto pela leitura. Durante as discussões, temos sempre o cuidado de escolher uma leitura dinâmica, de forma a proporcionar prazer e desejo de ler cada vez mais e não algo cansativo como que por obrigação.

Posto isso, temos o papel também de corroborar com o planejamento dessas ações voltadas para sensibilizar não só o corpo discente, mas toda a comunidade fapiana, o que caracteriza o artigo como de grande relevância, uma vez que o hábito de ler tem como benefícios, além de ser prazerosa, a consequência de aperfeiçoar a escrita, desenvolver a interpretação de diversos textos, facilitar a produção textual, e ainda ampliar o nível cultural.

Por tudo isso, espera-se alcançar com essa imperiosa intervenção, de modo planejado e em caráter de urgência, o desenvolvimento do pensamento crítico, isso significa dizer que os acadêmicos, além de compreender e interpretar textos têm que ser capazes de formar opiniões próprias sobre o assunto e pensar criticamente sobre ele. Citando um exemplo prático: a discussão de um texto em sala de aula, entre alunos desenvolve o pensamento arguidor, gera debates extremamente interessantes e proveitosos. Essas discussões contribuem para a expansão do aprendizado de todos, inclusive do próprio professor.

2 PRÁTICAS DE LEITURA NA GRADUAÇÃO

A palavra leitura tem distintos significados depende do contexto no qual está inserido, no meio acadêmico tem o sentido de aprofundamento teórico e metodológico de um texto científico, que contribui para um saber teórico que pode vim a ser utilizado na prática, ou seja, na formação profissional.

O hábito da leitura é fundamental no processo educacional, pois garante uma aprendizagem significativa na qual o leitor constrói um conhecimento abrangente que pode

servir como fonte de informação a respeito de qualquer tema, favorecendo uma formação cidadã, pois também visa uma aprendizagem de um leitor crítico e conhecedor de seus direitos e deveres, porém nem sempre essa tarefa é fácil, depende do conhecimento prévio do leitor e da capacidade de interpretação também é um fator importante, como afirma Solé (1998, p.116), “o processo de leitura deve garantir que o leitor compreenda os diversos textos que se propõe a ler”.

Na academia nos deparamos com a leitura de diversos textos que nem sempre apresentam uma linguagem compreensiva, pois muitas vezes são utilizadas palavras que não conhecemos o seu significado, o que dificulta a compreensão de sentido do texto. Para as autoras Koch e Elias (2012, p.10, grifo do autor):

Consequentemente, a **leitura** é uma atividade que exige do leitor o foco no texto, em sua linearidade, uma vez que “tudo está dito no dito”. Se, na concepção anterior, ao leitor cabia o reconhecimento das intenções do autor, nesta concepção, cabe-lhe o reconhecimento do sentido das palavras e estruturas do texto. Em ambas, porém, o leitor é caracterizado por realizar uma atividade de reconhecimento, de reprodução.

Cabe ao leitor a habilidade de interpretar não somente as intenções do autor como também o sentido das palavras do texto, sendo necessário compreender o contexto do qual foi escrito, para então dá sentido o que foi lido, percebe-se dessa forma que a competência e a capacidade de leitura são muito complexas, vista que é um processo cognitivo de reconhecimento e reprodução de um conhecimento.

A leitura que é realizada na academia muitas vezes se resume ao que segundo Kleiman (2012, p. 33) caracteriza-se como:

[...] a leitura que é cobrada mediante resumos, relatórios e preenchimentos de fichas é uma redução da atividade a uma avaliação desmotivadora. A insistência no controle diminui a semelhança entre leitura espontânea, do cotidiano, e a leitura escolar, ajudando na construção de associações desta última com o dever e não com o prazer.

Ao adentrar na academia, os alunos fazem uma série de trabalhos como: resumo, síntese, resenha crítica entre outros tipos de produções textuais que exige primeiramente uma leitura prévia, para depois produzirem por meio da compreensão um novo texto, mas muitas vezes esse tipo de leitura é visto apenas como um trabalho para obter uma nota, ou seja, um dever do discente, por isso, essa atividade acaba não sendo vista como uma prática prazerosa, mas sim como possíveis motivos que podem gerar um descontentamento pela leitura dessa tipologia textual. É necessário também compreender os objetivos de uma leitura, pois de acordo com Koch e Elias (2012, p. 19):

De modo geral, podemos dizer que há textos que lemos porque queremos nos manter informados (jornais, revistas); há outros textos que lemos para realizar trabalhos acadêmicos (dissertações, teses, livros, periódicos científicos); há, ainda, outros textos cuja leitura é realizada por prazer, puro deleite (poemas, contos, romances); e,

nessa lista, não podemos nos esquecer dos textos que lemos para consulta (dicionários, catálogos), dos que somos “obrigados” a ler de vez em quando (manuais, bulas), dos que nos caem em mãos (panfletos) ou nos são apresentados aos olhos (outdoors, cartazes, faixas).

Um importante fator para que haja uma interação entre o conteúdo apresentado pelo texto e os leitores, são os objetivos esperados pela leitura que variam de acordo com o tipo de leitura que vão desde uma leitura por deleite, em busca de informação ou consulta, para realizar algum trabalho acadêmico dentre outros, ou seja, a intenção pelo qual leem um texto modifica o modo de leitura com mais ou menos atenção, tempo e interação depende do objetivo da leitura traçado pelo leitor.

Nesse sentido, percebemos que a leitura é algo presente em nosso cotidiano, mas nem sempre estamos acostumados a gostar de ler, como nos faz refletir Silva (1999, p. 81):

O desprazer pela leitura não atinge somente os alunos de nossas escolas: os próprios professores, com raras exceções, não apresentam o hábito de ler, devido a lacunas no trajeto, de sua formação profissional e a restrições de acesso ao livro.

O desprendimento pelo gosto da leitura pode surgir por inúmeros motivos, quando não somos incentivados ou motivados a ler no início de nossa vida estudantil, levamos essa lacuna durante todo o nosso trajeto escolar, o que implica na formação profissional ainda mais na formação docente, na qual acaba por prejudicar as metodologias para o ensino e aquisição do hábito de leitura nos alunos, é preciso um professor leitor que desperte em seus alunos o interesse pela leitura, tornando-os leitores assíduos e críticos. Na fala de Feijó (2010, p. 17) enfatiza que: “Não há leitor pleno que se satisfaça com um único tipo de texto, uma única linguagem, um único estilo”.

É importante ressaltar que a realização de leituras diversificadas, é uma forma de ampliação de conhecimento textual, mas também de ganho intelectual visto que quanto mais se ler, mais aprendermos, construímos novos horizontes, ou seja, novos saberes fundamentais a vivência humana, a criticidade e exercício pleno da cidadania.

Por isso, de acordo com Bajard (2005, p. 114) “As dificuldades da aprendizagem da leitura são melhor superadas quando já se sentiu o prazer do mundo imaginário, através da audição”. A superação de dificuldades para que aconteça uma aquisição de aprendizagem significativa na leitura de textos é fundamental, quando lemos somos capazes de não somente interagir com o que estamos lendo, mas também de conseguir imaginar através da narrativa de outros leitores, de aguçar o nosso interesse pela leitura por meio da nossa autonomia como discentes, com habilidades e competências para aprender no processo de formação e apropriação na construção do saber.

Diante disso, é necessária a formação do leitor competente como aborda a autora Chiappini (2007, p. 17):

O ator de ler é um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de inteligência de mundo que envolve uma característica essencial e singular ao homem: a sua capacidade simbólica e de interação com o outro pela mediação da palavra.

A comunicação é indispensável para o homem, é uma característica essencialmente humana, através da linguagem ou da palavra escrita é capaz de transmitir algo para o outro de maneira compreensiva, pois um texto representa uma interação entre autor-leitor, a leitura é uma comunicação abrangente e complexa na qual o autor tem a intenção de mediar à palavra atribuindo sentido ao leitor.

Entretanto, é preciso esclarecer que o gosto pela leitura não consiste apenas no ato de ler, mas implica também na qualidade dessa leitura para ser um leitor proficiente, por isso, é necessário enfatizar a fala de Freire (2011, p. 26):

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam”, num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilhagem pelo mundo, não foram poucas às vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliotecas a serem muito mais “devoradas” do que realmente lidas ou estudadas.

Para propiciar o gosto pela leitura e assim desenvolver leitores prontamente capazes de interpretar e compreender os mais variados tipos textuais, como acadêmicos no ensino superior é notório que o hábito de leitura é um fator importante no processo de formação que deve ser levado para além da sala de aula, pois contribui para um melhor engajamento como discente e profissional competente no mercado de trabalho, favorecendo conhecimentos que ajudam na vida pessoal como cidadão para que possua um senso crítico mais aprimorado.

O hábito da leitura precisa ser utilizado de forma contínua, uma vez que o ser humano estar sempre em processo de aprendizagem e ampliação de seus conhecimentos nas mais diversas áreas, buscando manter-se atualizado principalmente diante das mudanças inerentes ao mundo da informação, o que se exige em distintas profissões nos dias atuais, favorecendo um crescimento não somente do lado pessoal, mas também no desenvolvimento de um bom profissional.

3 O PAPEL DO PROFESSOR LEITOR

Na função de mediadores de leitura, temos a oportunidade de tratar de diferentes aspectos que envolvem o universo da leitura: compartilhar títulos, autores; conversar sobre estratégias e hábitos leitores; refletir acerca dos diferentes sentidos presentes nos textos. Em

todas essas situações, nos apresentamos, também, como modelo de leitor para os nossos alunos e assumimos o papel de “ensinar a ler”.

Nesse contexto, é relevante destacar que o nosso próprio caminhar como leitores e pessoas que “ensinam a ler” vai além de compartilhar títulos, ler junto e refletir sobre o lido. É isso e muito mais. Quando nos assumimos leitores, observamos que, muitas vezes, assumimos também uma postura diante das descobertas sobre a vida e as coisas do mundo, pois a leitura pode despertar em nós o desejo de desvendar aquilo que nos inquieta e nos atrai de algum modo.

Por essa razão, conversar sobre a relação que temos com a leitura torna-se fundamental no processo de troca e intercâmbio de experiências. Afinal, quando falamos informalmente com os alunos sobre os livros de que gostamos, compartilhamos as nossas idas à livraria e socializamos o que sentimos durante a leitura de determinado livro, colocamo-nos numa atmosfera de troca extremamente favorável à ideia de que criamos uma autoimagem leitora.

Por essa razão, uma das ações do grupo NUPLER é o processo de escolha dos textos adequados para o nível superior, selecionar leituras que os alunos deverão fazer durante o ano letivo. Diante dessa atribuição, portanto, precisamos conhecer intimamente o trabalho de autores, a fim de garantir escolhas acertadas, coerentes e pertinentes, considerando os interesses, desejos de nossos alunos e habilidades que eles precisam desenvolver como leitores na etapa da vida acadêmica da qual fazem parte.

Muitas vezes os professores do Ensino Superior pensam que desenvolver o gosto pela leitura é apenas fazer o discente ler, vários textos durante o período, mas na realidade é muito mais além, é preciso que compreenda que nem sempre quantidade significa qualidade, ainda mais em se tratando de conhecimentos necessários para a formação, é preciso que o acadêmico leia sim, porém devem-se traçar estratégias para que o conteúdo tenha significado não apenas como teoria, mas trabalhando de forma contextualizada abrangendo assim a realidade dando sentido a prática na formação de futuros profissionais. Por isso, é missão do professor ser primeiramente um leitor, desse modo ele será capaz de estimular o exercício da leitura nos alunos como diz Feijó (2010, p. 27):

[...] quem exerce o magistério deve praticar a leitura, pois somente um professor-leitor pode estimular crianças e jovens a ser leitores também.[...]Crianças e jovens precisam ser iniciados em bons textos literários, textos que realmente valorizem a linguagem, a arte da palavra.

Somente um professor-leitor, ou seja, um docente que exercite a prática de leitura pode não só incentivar, mas também motivar seus alunos para que pratiquem variadas leituras,

começando a entender desde cedo que é fundamental a leitura de textos, compreendendo em seu aspecto mais amplo, deve ser considerada como parte complementar de suas vidas, e um instrumento essencial tanto para a aquisição de conhecimentos em qualquer área do saber, como também contribui para a sua participação nos diversos contextos de interações sociais.

4 OS BENEFÍCIOS DESSE HÁBITO NO AMBIENTE ACADÊMICO

A motivação maior para esta investigação partiu principalmente pela convivência no espaço da sala de aula, pois percebemos que a realidade atual vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler. A categoria de professores que trabalham diretamente com as turmas, cujos depoimentos, relatos e trocas de experiências ajudaram a perceber o *déficit*, no que se refere ao acesso restrito a leitura no núcleo familiar, a falta de incentivo, vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas dos alunos, conhecimentos restritos aos conteúdos disciplinares.

É sob essa óptica que ganha sentido a pesquisa que se faz relevante, com a criação do grupo “Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rêgo – NUPLER”, ação proporcionada pela Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, tem como propósito o incentivo ao hábito da leitura, visto que sem ler, o aluno não sabe pesquisar, resumir, resgatar a ideia principal do texto, analisar, criticar, julgar, posicionar-se. Daí a nossa certeza da eficácia desse projeto que contou com o apoio dos professores que independente da disciplina que lecionam, a equipe docente tem plena consciência de que o aluno deve ter o domínio sobre a língua oral e escrita, tendo em vista sua autonomia e participação social.

Outro motivo que deve ser destacado é a possibilidade de ampliação do vocabulário e ter domínio sobre os recursos da língua na prática. A leitura põe o ouvinte em contato com técnicas narrativas diferentes, que certamente vão enriquecer a forma como se escreve. Conhecer novas palavras vai fazer com que o texto fique mais sofisticado, algo que você também vai ser percebido quando a turma começar a usar os recursos linguísticos.

Esse processo de leitura constante vai beneficiar a escrita de relatórios, artigos e, no final do curso, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC será mais fácil de ser escrito, resultando em alunos mais fluentes e compreensíveis. E um bom texto também abre portas na hora de procurar emprego — afinal, escrever corretamente é a base para qualquer profissional qualificado.

As atividades do grupo contaram com duas reuniões mensais, para a leitura e escolha dos temas que foram lidos em sala de aula pelo professor regente e logo em seguida, era

aberto o momento de reflexão e discussão do assunto proposto. A temática motivadora era escolhida mensalmente, e damos destaque a algumas questões que foram debatidas. Como tema geral: “A masculinidade tóxica”, foi elencado o texto intitulado: “Machismo *versus* masculinidade” publicado em 2019 pela Defensoria do Estado de São Paulo. O termo crítico remete ao senso comum de que os homens precisam ser caracterizados pela virilidade, força, poder, agressividade e sexualidade, excluindo qualquer possibilidade de demonstração de vulnerabilidade ou outras características do estereótipo feminino. Leitura sensibilizadora que veio para desmistificar o padrão fixo, limitador e pré-moldado do que é ser homem.

Posteriormente, foi trabalhado o tema: “Empoderamento feminino” e o texto escolhido para leitura foi: “Afim, o que é o empoderamento feminino e por que ele é importante?” publicado em 2019 pelo Blog da Valda. Esse movimento feminino é uma questão social e todos devem contribuir para que a igualdade de gênero se torne uma realidade. A leitura conscientizou a comunidade acadêmica sobre o fortalecimento da autoestima das mulheres, que devem sentir confiança na própria capacidade e assumirem o protagonismo em suas vidas.

O próximo conteúdo abordado foi: “Autoamor e Autoestima”, e como texto selecionado: “Cuide do outro, sem esquecer de você” de 2015 por Juliana Garcia. Em nossa sociedade, as mulheres são educadas para serem cuidadoras, ou seja, todas responsáveis de alguma maneira em zelar pelo bem-estar, em gerar circunstâncias em que o outro é o centro dos seus cuidados. São exímias mestras em dividir o tempo com todos os afazeres que envolvem o seu compromisso com o outro, mas também mestras em encontrar as mais variadas desculpas para deixar de lado o compromisso com elas mesmas. E o alerta foi dado com uma breve lista de algumas maneiras para as mulheres começarem a se cuidar melhor.

Para o mês seguinte tivemos o tema geral: “Autoconhecimento” e dentre as diversas pesquisas feitas pelos docentes, escolhemos: “Por que eu deveria me conhecer?” de Heloísa Capelas, escrito em 2019. Foram debatidos vários questionamentos que o autoconhecimento promove: você tem certeza de que suas crenças são suas? Você já se permitiu verificar qual a raiz de suas verdades? De onde elas vieram? A quem você está seguindo? O que somos como seres humanos? Isso é de uma beleza indescritível. Temos um corpo que funciona com uma perfeição impressionante, nossa capacidade de realizar é sensacional, a nossa competência amorosa é inigualável, e nossa intuição, que domina a certeza de que continuaremos vivos eternamente, é o que sustenta nossa capacidade de criar o futuro.

Foram muitas as temáticas trabalhadas em cada turma e é importante ressaltar também o plano de ação elaborado pelo corpo docente intitulado: “A Semana Nacional do Livro e da

Biblioteca” que teve como principal objetivo incentivar a leitura e o uso da biblioteca pela comunidade acadêmica e pela sociedade em geral. E a faculdade FAP como formadora de conhecimento, contribui para a formação cultural do cidadão. E leva para a comunidade acadêmica a importância da biblioteca como ser cultural e o livro como semeador do conhecimento.

Após reunião com os membros do núcleo de leitura (NUPLER) foi definido as ações para compor a semana que envolveu atividades de conscientização, que desenvolveram a criticidade e destacaram a biblioteca não só como local de empréstimos de livros, mas sim como desenvolvedora de cultura. As atividades aconteceram no espaço da biblioteca, laboratório e área de vivência. Essas ações envolveram exibição de filmes, documentários, exposição de livros, sorteios de livros, oficinas e palestras. De acordo com a temática adotada para a semana.

O hábito de leitura tem cada vez mais importância na sociedade em que vivemos, por meio da leitura passamos a nos expressar melhor com um léxico mais amplo, escrever de forma gramaticalmente correta segundo a norma culta, adquirir conhecimentos que nos tornam cidadãos mais conscientes e críticos, fazendo-nos seres reflexivos, além disso, ajuda na comunicação de forma eficiente o que é fundamental nos dias atuais, o discente do ensino superior é uma das maneiras de construção de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem de forma significativa para a formação profissionalizante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso salientar o papel da leitura na formação do homem, pois se sabe que essa prática é essencial durante toda a vida do sujeito, a todo instante estamos lendo, seja em casa, na rua, ou ao assistir a televisão. Tendo em vista que a leitura se faz presente para podermos nos comunicar, dialogar com outros sujeitos, a leitura revela-se, por um lado, nas nossas relações diárias, e por outro lado, permite ao sujeito exercer uma atitude reflexiva crítica diante do mundo. Tudo isso torna nossas atividades mais elaboradas, na aquisição, na compreensão e na construção de conhecimentos.

É importante que se tenha conhecimento que o docente (independente da área que atua) fará parte de um semestre de aula desses discentes, mas dentro desse tempo é possível conciliar atividades que requeiram a leitura e mostrar a importância de ler. Já é um começo. Acolhê-los no primeiro ano de graduação, direcioná-los para a leitura e, em consequência,

formar leitores críticos e atuantes na sociedade. Talvez seja isto que falte: os estudantes entenderem o que a leitura irá acarretar em sua vida, seja profissional, particular ou pessoal.

REFERÊNCIAS

BAJARD, Elie. **Ler e dizer:** compreensão e comunicação do texto escrito. 5. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2005.

CHIAPPINI, Ligia. **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FEIJÓ, Mono. **O prazer de leitura:** como a adaptação de clássicos ajuda a formar leitores. São Paulo: Ática, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura:** teoria e prática. 14. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Compreender:** os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **De olhos abertos reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

EDUCATIO E CIVIS ROMANUS: educação e a formação do cidadão na república romana

EDUCATIO E CIVIS ROMANUS: education and training of citizens in the roman republic

Amanda Cristina Amorim Silva Neves¹

RESUMO: O trabalho aqui apresentado trata-se de um estudo acerca da perspectiva educacional romana no período da República (509 a 27 a. C), levando em consideração dois modelos educacionais chave para compreendermos esse momento e para entender a busca pela construção de um modelo de cidadão ideal na Roma Republicana. Para esta tarefa, partiremos da perspectiva de que a educação romana pode ser dividida em dois momentos: uma educação de cunho nacionalista e primitiva que permanece até a conquista do território grego. Nesse ponto, portanto, buscaremos refletir sobre o lugar destes modelos educacionais no interior do momento que a sociedade atravessava. Nessa etapa da história romana, se formaram o que chamamos de valores do cidadão romano que vão continuar até mais ou menos o fim da república e começo do Império.

Palavras - chave: Ensino. Roma. República.

ABSTRACT: The work presented here is a study about the Roman educational perspective in the period of the Republic (509 to 27 BC), taking into account two key educational models to understand this moment and to understand the search for the construction of a ideal citizen model in Republican Rome. For this task, we will start from the perspective that Roman education can be divided into two moments: a nationalist and primitive education that remains until the conquest of Greek territory. At this point, therefore, we will seek to reflect on the place of these educational models within the moment that society was going through. In this stage of Roman history, what we call the values of the Roman citizen were formed and will continue until more or less the end of the republic and the beginning of the Empire.

Keywords: Teaching. Pomegranate. Republic.

¹ Mestra em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora da Faculdade do Baixo Parnaíba.

1 INTRODUÇÃO

Roma, conhecida por ser um dos maiores impérios que a antiguidade formou, contou com três tipos de governo até chegar na fase de declínio. O surgimento desta que ficou conhecida como a capital do Império se dá em um momento de expansão e desenvolvimento de toda a cultura do chamado Lácio, que está em um momento de plena confluência de povos e todos os elementos que se dão através desses contatos.

Segundo uma tradição historiográfica composta por Heródoto², Tito Lívio³ e Plutarco⁴ o nascimento de Roma está atrelado ao dismantelo de Tróia e como sua crise deu origem a outros pequenos reinos e com a traição de Amúlio que toma o trono do irmão Numitor e transforma a rainha Reia Sílvia em uma vestal⁵, dando origem a mais famosa tradição do nascimento de Roma.

Na mitologia romana, Rómulo e Remo eram filhos de Reia Silvia com o deus Marte e por conta da condição de vestal, ela não poderia ter engravidado, nesse contexto teria então Amúlio ordenado que as crianças fossem jogadas ao rio Tibre. Em meio a essa ordem um funcionário que estava a cargo dessa função colocou os irmãos em uma cesta para ser levada pela correnteza do rio.

Essa narração mítica conta com diversas formas de serem contadas, criadas ao longo do tempo, possivelmente a construção da paternidade divina que falamos anteriormente se dá pela concepção de um passado onde explicaria a grandeza dos fundadores da nação romana. Outra possibilidade é de um possível abuso por conta de Amúlio a sua sobrinha Reia, que teria usado de disfarce de Marte para cometer essa violência.

A narrativa descreve como as crianças teriam sido amamentadas por uma loba, até que alguns pastores que as encontram, criaram-nas. Estes desconhecaram suas origens e foram criados em meio ao campo, onde haviam desenvolvido habilidades de liderança que os escritos tradicionais julgam como qualidades que seriam inatas por conta de suas origens.

Com suas origens descobertas, os gêmeos atacam o reino de Alba Longa e colocaram o avô, Numitor no poder, fundando uma colônia exatamente onde teriam sido salvos pela

² Reconhecido como pai da História, nasceu em Halicarnasso. Além de historiador foi geógrafo e viveu durante 485 a.C. e 245 a.C. Suas obras trouxeram muitos aspectos históricos da antiguidade ao conhecimento do mundo.

³ Historiador romano pertencente a antiguidade, nascido em 59 a.C. em Pádua, tem como principal obra *História de Roma* onde conta desde a fundação até a morte do imperador Nero.

⁴ Historiador, prosador e filósofo da Grécia mas que viveu também em Roma, foi autor de *Vidas Paralelas*, onde escreveu 46 biografias de romanos e gregos, sendo sua obra mais famosa.

⁵ Vestal eram como as sacerdotisas da deusa romana Vesta eram conhecidas. Essa função era exclusiva para mulheres que deveriam servir no período de trinta anos e durante esse período elas teriam que preservar a castidade e sua pureza.

loba. Depois de um conflito entre os irmãos que resultou na morte de Remo, Rômulo assume o poder e a cidade passa a se chamar Roma em sua homenagem.

A partir daí viu um enorme crescimento de população, pelo caráter agregador que a cidade manteve, porém como a maioria dos novos ocupantes da *Urbe* homens, se promove o Rapto das Sabinas⁶ que irá tornar garantida a continuidade da descendência, porém essa atitude motivou uma guerra contra os Sabinos.

Com Rômulo a frente do poder ainda por muitos anos, Roma teve uma trajetória de muito êxito tanto na sociedade, quanto nos conflitos em que por ventura se envolveu durante seu projeto de expansão que teve início durante a monarquia. A monarquia em Roma é sempre tratada com certo cuidado pois grande parte dos escritos sobre são de perspectivas mistas entre lendárias e realísticas.

O que se percebe é que a monarquia em Roma, provavelmente não corresponde a uma condição de hereditariedade e sim a uma questão de força e capacidade de manutenção da proteção e desenvolvimento daquele território⁷. Formando assim um sistema próprio de controle de reis, sendo possível o reinado de reis “estrangeiros”, tal como Numa que era um sabino.

Dentro da Monarquia percebemos a importância da família dentro da sociedade romana e como esta era a base para as diversas instituições que governavam junto ao rei. Próximo do fim do período monárquico já existia uma divisão entre a figura do rei, o povo e o Senado. A divisão do povo entre patrícios e plebeus também conta com diversas teorias que buscam em possíveis dicotomias de origem, política e principalmente econômicas explicar o porquê dessa divisão

A tradição historiografia romana descreve que seriam em torno de trezentas famílias patrícias, possivelmente não sendo a maioria da população, mas que nos primórdios da República iram ganhar maior notoriedade e obter cargos de cunho religioso e político e ainda o controle de certos espaços de poder no estado romano como comentaremos a seguir.

A República Romana também passa por insuficiências no sentido de uma ampla documentação acerca de seu surgimento e como as instituições que já estavam ganhando força

⁶ Segundo Tito Lívio, na obra *A História de Roma*, depois do território instaurado como Roma, percebeu-se uma falta de mulheres para que a descendência continuasse visto que os romanos não conseguiam casamentos porque os povos vizinhos não permitiam que suas filhas casassem com romanos porque tinha uma péssima fama. A partir disso Rômulo teve uma ideia facilmente aceita pelos romanos, organizou um evento em homenagem ao deus Netuno e convidou todos os povos vizinho. Toda a vizinhança compareceu, incluído várias jovens sabinas que foram raptadas pelos romanos e isso gerou conflitos mas acabou por gerar frutos para dar continuidade ao povo romano.

⁷ Existe uma exceção que seria Tarquínio Soberbo que era descendente de Tarquínio Prisco, porém sua chegada ao poder se deu de forma irregular, haja visto ele ter tomado o poder.

ao fim da monarquia vão tomar as rédeas dessa nova forma de governo que se estabelecia em Roma. O período de transição entre essas duas formas de poder é marcado sobretudo pela conquista do poder pela aristocracia diante de uma possibilidade de fortalecimento da camada formada pelos plebeus.

Dentro de contexto da instauração da República romana, conta-se ainda como possível justificativa do movimento de condução para a derrubada desse regime, o estupro de Lucrecia Tricipitino, filha de Espúrio⁸ por Tarquínio, O Soberbo⁹. Segundo Tito Lívio, Lúcio Tarquínio estava com um grupo de amigos bêbados em busca das melhores mulheres, porém esse sugeriu que voltassem às suas casas e verificasse se suas esposas estivessem em casa, “provando” quem seria a melhor das esposas.

Lucrecia, foi a única que estava em casa e acabou por oferecer um jantar ao seu marido e amigos, porém supostamente nessa noite Tarquínio, O Soberbo teria se apaixonado por Lucrecia e voltou dias depois a casa dela, violentando-a sob ameaça de desenrolá-la na sociedade provocando um flagrante de adultério. Lucrecia tendo cedido por conta dessa ameaça, chamou o pai e seu marido e lhe contou o acontecido, em seguida cometeu suicídio.

Diante desses fatos, esse acontecimento chegou ao povo e ao exército de forma devastadora, inflando uma necessidade de mudança e a retirada dos reis e seus descendentes que não tem limites para suas vontades. Provocando o movimento que deu início a formação da República romana.

Primeiramente, o termo “república” é oriundo da expressão de origem latina *res publica* e usualmente observada nos textos clássicos, tais como o de Cícero, dando vazão ao que seria uma maior participação da “população” nas questões políticas. Porém, o que aconteceria era que os plebeus tinham uma representação no Senado, enquanto a participação de fato ficava nas mãos dos patrícios (GELZER, 1969, p. 269).

São muitos os romanistas que tratam o período da transição da monarquia para a república como um processo que não representava uma quebra, mas sim uma continuidade. Haja visto as questões políticas em Roma ficarem sempre nas mãos das famílias da aristocracia que ficaram o poder depois da monarquia terminada e existir apenas uma representação da população que seria a força do exército (SYME, 1939, p.7).

⁸ Espúrio Lucrécio Tricipitino foi Cônsul na Roma Republicana e um dos líderes da revolução que levou a monarquia ao fim.

⁹ Lúcio Tarquínio, o Soberbo era filho de Tarquínio Prisco, teria cometido o estupro de Lucrecia na ausência do seu pai e isso teria tido como consequência a expulsão e exílio do rei e sua família. Motivando a instauração da República.

Já Políbio, acreditava na participação de todos os cidadãos romanos, de diferentes classes sociais e fora essa participação que freou em partes os interesses da aristocracia mantendo uma unidade social e evitando possíveis revoluções que de alguma forma colocassem em perigo a paz de Roma. Ele descreveu que grande parte da população tinha acesso aos votos em Assembleias que tomavam as decisões de maior importância.

Porém, ao longo da História como falamos anteriormente os escritos de Políbio foram sendo refutados em função de uma possível idealização, em virtude de que o mais próximo da realidade desse período se encontrava em uma participação muito mais formal e menos efetiva. O povo estava presente nas assembleias, tinham direito ao voto, mas na prática o poder estava submetido a elite a partir do Senado.

É importante deixar claro que essa elite romana é constituída por patrícios que eram além de grandes proprietários de terra e comerciantes, famílias de origem plebeia que haviam enriquecendo formando uma nova categoria, os chamados *nobiles*. Essas nobrezas recém construídas junto aos patrícios tinham total interesse na expansão em função de anexar as riquezas desses territórios.

A partir desse contexto, entendemos que por mais que existisse uma participação de uma parcela do povo, essa parcela de qualquer forma estava interligada ao contexto patrício e não eram os menos abastados. Para Gelzer (1969, p. 269) antes da implementação do império já se via pouca ou nenhuma participação popular, estava tudo construído com base em vínculos de clientelismo¹⁰ que são práticas das famílias ricas, criando uma dependência das famílias mais pobres.

Nesse ponto, entramos em uma corrente que defende que a República é um projeto de uma oligarquia desde a mudança do regime monárquico até a instauração dessa forma que engloba uma maior parcela da sociedade. Diante disso, tentaremos ir mais a fundo e pensar como a educação faz parte desse projeto na construção de cidadãos ideais para a manutenção dessa república.

Usaremos dois grandes nomes da República que vão de encontro a realidade educacional, que são Catão e Cícero que percorreram os mais diversos contextos da sociedade, principalmente pelo fato de que na antiguidade essas coisas funcionam de forma interligada.

¹⁰ Antes de falarmos do clientelismo, é importante destacar a formação de um grupo para além dos patrícios e plebeus, que eram os clientes. Os clientes estavam diretamente ligados aos patrícios, pois tinham deles além de estadia, proteção em função de serviços prestados. E dessa conjuntura nasce o que conhecemos como clientelismo.

Pensando nessa perspectiva, no primeiro capítulo buscamos compreender um pouco do contexto da sociedade romana, fazendo uma discussão historiográfica acerca dos costumes, tradições e valores que a cercavam e como todas essas características eram fomentadas através da educação, buscando envolver a importância do sistema educacional no contexto republicano.

No segundo capítulo, continuamos dentro do contexto republicano, todavia dando destaque para uma incursão nas trajetórias de Catão e Cícero que são nossas bases para entender os modelos educacionais e como estes foram mudando através do tempo e principalmente dos interesses.

O terceiro capítulo será composto de um material pedagógico que se constituirá de um corpus de imagens analisadas, relativas ao cotidiano educacional e escolar da República Romana.

2 A SOCIEDADE REPUBLICANA EM ROMA

A sociedade romana tem seu legado presente em nossa cultura nos mais diversos aspectos, inclusive no educacional. Durkheim (1995) aponta que todo o produto do que chamamos de civilização intelectual deriva de Roma. A questão da sociedade, família e educação nesse território conta com especificidades particularmente interessantes na antiguidade, e são nessas especificidades que iremos nos ater para entender algumas questões relacionadas a educação, e esta associada à identidade do cidadão da República Romana entre os séculos 509 a 27 a. C.

Sabemos que desde sua fundação até meados do final da República (509 a 27 a. C.) Roma buscou uma unidade entre seus cidadãos, através de um modelo extremamente singular que obteve sucesso ao longo do tempo, tendo se constituído em uma sociedade de vitorioso imperialismo no que diz respeito a extensão territorial, ao poder de domínio forjado ao longo de séculos de expansão e ao seu legado cultural. Maria Pereira comenta que esse legado teria sido, inclusive, a parte de maior significado do legado romano, haja vista alguns padrões comportamentais e valores presentes no mundo ocidental atual. (PEREIRA, 1989, p.321).

Pierre Grimal descreve em sua obra *A Civilização Romana (1988)* que havia uma espécie de ordem de relevância entre os valores preconizados por Roma para os cidadãos. E essa hierarquia estava fixada nos conceitos de *fides*, *pietas* e *uirtus*, sendo estes conceitos base que fundamentavam a *mos maiorum*¹¹. Tendo cada conceito deste um lugar no que podemos

¹¹ Conjunto ideal de comportamento que dava direção ao convívio em sociedade na Roma Antiga.

chamar de romanidade¹². É nesse momento que as leis criadas quando o segundo rei de Roma Numa Pompílio (717 - 673 a.C.) estava no poder passaram a ter uma organicidade e construir a base para a convivência em sociedade.

Grimal descreve a *fides* como uma garantia de boa-fé e bondade dentro da vida em sociedade sendo esta, portanto, uma reguladora das relações humanas e até mesmo das divinas. Ele argumenta sobre como esse valor traz uma segurança a toda e qualquer relação até mesmo em documentos de acordos contratuais, compras e vendas e também naqueles acordos tácitos. E isso seria uma característica de um território essencialmente agrícola tal como Roma que tem um comércio de produtos fornecidos pelo campo bastante vasto, sendo essa conduta uma razão irretocável para a unidade construída na sociedade romana (GRIMAL, 1988).

Já a *pietas* se constitui em um valor que visa preservar relações para além da *pietas*, pois nesta está envolvida laços familiares ou de grupos e ainda as ligações de hierarquia dentro da sociedade. Grimal comenta que essa virtude consiste em uma manutenção dessas relações que existem entre as pessoas e que vão muito além das questões materiais, mantendo essas associações organizadas, sem perturbações (GRIMAL, 1988). Nota-se, portanto, que *pietas* e *fides* são conceitos que se complementam na busca pela condição ideal de relações dentro de Roma.

E a *virtus* seria um complemento para a construção de um cidadão “completo”, haja vista este conceito ligar-se ao quanto um romano vivia em função da comunidade, da pátria e de seus interesses. Grimal aponta que a *virtus* estaria inexoravelmente ligada a dedicação à pátria e tudo que aquele indivíduo fizesse ao longo de sua vida para o bem da comunidade, porém este foi o conceito mais maleável e o que conheceu mudanças ao longo do tempo, principalmente com o advento do cristianismo, já durante o Império.

Nesse cenário é possível observar o quanto essa sociedade regula o comportamento de um indivíduo a partir de um modelo culturalmente idealizado, sendo almejado através da difusão e manutenção desses valores. E é fundamental pensar que esses três valores mais importantes e que dão significância a *mos maiorum* trazem tacitamente inúmeras outras virtudes arroladas, tais como: *dignitas*, *clementia*, *gloria*, *res publica*, entre outros e aquela nos interessa profundamente, que é a *humanitas*.

¹² Todas as características referentes ao que se relacionava diretamente aos romanos e a Roma, seus costumes e tradições. No tempo de Augusto (63 a.C. – 14) essa romanidade passa a ter como base a segurança e a paz do Império.

A *dignitas* também se mostra um conceito muito importante para entendermos a busca pelo cidadão idealizado por Roma, sendo esse conceito visto como uma espécie de notoriedade reconhecida pela sociedade e que representava o lugar social de cada indivíduo, podendo ser atribuído no nascimento ou alcançado durante a vida (PITA, 2010). É importante notar o quanto esses conceitos são fundamentais e necessários para estabelecer uma boa convivência, sendo usados em diversas obras manuais²⁴, inclusive pelos autores clássicos analisados nesse trabalho, Catão e Cícero. Portanto, o *mos maiorum* e todos os inúmeros conceitos que estão ligados a ele davam a orientação para a vida em sociedade e como esta deveria ser conduzida pelos cidadãos de Roma. Sua manutenção era o objetivo de toda aquela comunidade transmutada no que chamamos de *Urbs* e toda essa prerrogativa demonstrava o quanto as tradições antigas eram importantes e o quanto se temia que elas fossem mudadas. Portanto, o *mos maiorum* é a base para a romanidade.

3 O CENÁRIO POLÍTICO

A partir das transformações políticas que tornaram a monarquia romana uma república, os patrícios assumem o poder e com eles se forma um complexo sistema político onde o Senado²⁵ tinha enorme importância em função de certo destaque para os cidadãos e famílias de maior influência. Estes grupos tinham um lugar de relevância e de responsabilidade no sistema de poder vigente de Roma. Dessa forma esses nobres precisavam ser preparados como cidadãos, com as características ideais, desde criança para ocuparem esses espaços de governança.

Esse grupo que teve papel importante na realeza durante o período monárquico romano²⁶, pôde ser declarado como uma aristocracia rural extremamente conservadora, que tem sua riqueza fincada e nutrida em suas terras. E são estes grupos e famílias que forjarão os

²⁴ Obras que ensinavam alguns aspectos da vida, tais como colher, cuidar da terra, se portar em sociedade. Catão é um dos autores que escrevem nesse tipo de formato.

²⁵ Instituição composta pelos cidadãos mais antigos, geralmente chefes das maiores famílias e estavam no poder desde a monarquia romana. O Senado era constituído pelas famílias mais abastadas e possuía uma rígida hierarquia. Era formado por trezentos membros de caráter vitalício. Tinha como função colocar em discussão assuntos públicos e também controlavam o rei, impondo alguns limites e submetendo as leis por ele a aprovação. Além disso o Senado também ficava a cargo de escolher o novo rei quando o que estava no poder morria. A indicação do nome do novo rei pelo senado tinha o nome de *Interregnum* que tinha como significado entre reinados. Além disso, o senado dispunha de amplos poderes no que se refere a administração e financeiro e ainda política externa e práticas religiosas de caráter cívico.

²⁶ Na Roma Antiga, foi a primeira forma de governo, seu início conta com a história de uma fundação lendária da cidade, datada 753 a.C. até 509 a.C.

padrões desejados aos próximos cidadãos que serão responsáveis por, além de dar continuidade ao poder de Roma, fazer com que ela cresça ainda mais. O grupo dos patrícios, então, começa a dividir os cidadãos em espécies de "castas" de onde seriam recrutados novos membros, tanto para o serviço político, como para o militar.

A escolha da República Romana como marco temporal desse estudo não foi de forma aleatória e sim pois a partir da historiografia romana, é possível notar que a monarquia passava por um momento de instabilidade, onde as aristocracias que estavam desligadas do poder se rebelaram, buscando uma reforma e essa reforma foi creditada, segundo Tito Lívio (2008), a Sérvio Túlio²⁷. Tito Lívio descreve em sua obra como as inovações políticas²⁸ de Sérvio Túlio foram bem-sucedidas ainda que saibamos que não se faz possível a afirmação de que todos os reis existiram ou se foram parte da memória construída posteriormente.

Porém, o que nos chama atenção de fato no recorte temporal escolhido é a nova organização social imposta que tinha como parâmetro uma população dividida em classes, onde as fortunas eram definições de relevância social. Diante disso, a república romana é estabelecida por grupos da elite que não tinham seus interesses garantidos na monarquia, formando assim uma nova forma de governar não tão nova, baseada em princípios dessas oligarquias.

Sabemos que tentar estudar esse recorte temporal, no que se refere a historiografia romana, se compõe em um desafio pois a produção referente ao período que por muitas vezes não tem confiabilidade, haja visto uma possível busca pela construção de uma tradição. Sabemos ainda que a historiografia moderna trabalhou a documentação a partir de premissas diferentes, que por vezes não dissociavam os mitos e tradições construídos pelos próprios romanos posteriormente, da história, tornando em “histórias reais” historiografias produzidas por Tito Lívio, por exemplo, que é umas das fontes acerca do período republicano, mas que lança mão de inúmeros mitos construídos a *posteriori*, para explicar acontecimentos do passado romano.

Dito isso, nos colocamos ao lado, portanto, de uma vertente da historiografia romana que objetiva uma revisão da produção. A historiografia tradicional sobre Roma, sobretudo aquela herdeira da concepção historiográfica do século XIX, construiu uma imagem desta sociedade, ou seja, uma espécie de tradição sobre a história romana. Historiadores e escritores

²⁷ Sexto rei romano, segundo a tradição reinou de 578 a 539 a.C.

²⁸ As inovações políticas de Túlio teriam favorecido em sua maioria os plebeus. Ele teria criado cargos, promovido famílias à nobreza, estimulado o comércio e ainda o artesanato. Tais medidas foram chamadas de reformas servianas. Todavia, o projeto de Túlio não teria foco em beneficiar os plebeus, mas garantir a força do seu reino e uma plebe forte.

dessa Roma antiga, construíram uma imagem de Roma a partir da observação do Império expansionista, dando um caráter único para o que seria a identidade romana, deixando de lado aspectos importantes, principalmente quando se refere ao meu objeto de estudo que é a república passando pela perspectiva educacional.

A questão de identidade sempre será uma compreensão que envolve entendemos que esta categoria está em constante movimento e por conseguinte transformação, tendo como resultado os movimentos de intersecção entre história e contexto social, sempre pensando o contexto das sociedades antigas já que essas sociedades não pensam em si mesmas como pensamos elas. Os estudos sobre o que seria essa identidade são muito instigantes e buscam pensar uma nova configuração, ou melhor, uma reestruturação desse passado romano e é nesse quadro que busco me inserir (CIAMPA, 1987).

Acreditamos que a historiografia produzida ao longo do século XIX e que consolidou muito do que ainda entendemos como História de Roma, se converteu, muitas vezes, em grandes manuais.

Seus mecanismos surgem na perspectiva de uma história proposta pelo positivismo²⁹, ou seja, buscando uma história real, escrita a partir da verdade contida nas fontes, sem grande crítica documental e que, além de tudo, no que diz respeito à História da Antiguidade, a elegeu como um passado grandioso da Europa de então: “A História Nova nasceu em grande parte de uma revolta contra a historiografia positivista do século XIX, tal como havia sido definida por algumas obras metodológicas por volta de 1900.” (LE GOFF, 1993, p. 28).

Nessa perspectiva, entenderemos como a sociedade da república romana e a educação foram responsáveis pelo estabelecimento de prerrogativas que darão origem ao que entendemos como o bom cidadão, aquele que para Cícero e Catão são os que, além de agricultores e proprietários de suas terras, são também bons soldados. O primeiro comentou em sua obra que vem dos camponeses os homens mais fortes e também os mais corajosos soldados. E ele continuava a explicar a superioridade romana através dessas características “não foi outra a principal causa da decadência de Cartago e Corinto senão essa vida errante, essa dispersão dos cidadãos, aos quais a ânsia de navegar e de enriquecer fez abandonar o cultivo dos campos e o prazer das armas” (CÍCERO, 1980).

A nossa pesquisa consiste em um estudo acerca da perspectiva educacional romana no período da República (509 a 27 a. C.), levando em consideração dois modelos educacionais que

²⁹ O positivismo é a corrente de pensamento que entende que o conhecimento verdadeiro só é possível por meio da observação e da aferição empírica do mundo.

consideramos fundamentais para entender a busca pelo cidadão ideal na Roma Republicana, partindo da perspectiva que a trajetória educacional romana pode ser dividida em dois momentos. O primeiro onde a educação é de cunho nacionalista e primitiva e vai até a conquista do território grego a partir de 168 a.C., e o segundo onde a educação ainda tem um pano de fundo nacionalista todavia mais flexível. Porém, a partir dessa dominação a influência grega vai afetar diretamente forma de educar dos romanos. Como descreve Horácio: “A Grécia conquistada conquistou por sua vez seu selvagem vencedor e trouxe a civilização ao rude Lácio” (MARROU, 1966, p. 375).

Existem perspectivas que dividem a educação romana em até três períodos. Para Aranha (2006) por exemplo, existem três fases que a seccionam e podem ser explicadas através de um sistema educacional latino autêntico, que se limitava ao estudo de leis, códigos e costumes não dando atenção às ciências. Em um outro momento, o helenismo vai influenciar profundamente e isso vai render críticas daqueles que defendiam a tradição e, por último, uma fase onde o helenismo e o que se entende por cultura romana se fundem.

É importante comentar que grande parte da perspectiva que formaram o modelo de cidadão romano e que perdurou pelos períodos seguintes, foi construído durante o período da República.

Nessa etapa da história romana se formaram o que chamamos de valores³⁰, que vão continuar até mais ou menos o fim da república e começo do Império, onde Roma já passava por uma transformação bem mais significativa. Transformação essa que movimentou a política e uma nova perspectiva em diversos segmentos, porém o amago do que chamamos de homem romano e toda sua civilidade e como ele conduzia seu dia a dia dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

- CATÃO. **De l'agriculture**. Paris: Belles Lettres, 1975.
- CÍCERO, M. T. Da República. In: **Col. Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Disponível em: <http://www.filosofianreapucarana.pbworks.com>
- GRIMAL, P. – **A civilização Romana**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- GRIMAL, P. **A vida em Roma na Antiguidade**. Lisboa: Publicações Europa-América.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo. Editora da Unicamp, 1993.
- MARROU, H. **Histoire de l'éducation dans l'Antiquité. Le monde romain**. 7. ed. Paris, Seuil, 1981.

³⁰ Valores que compreendem a manutenção das tradições e costumes romanos. Que fazem do cidadão aquele que estará sempre disposto a trabalhar por Roma, seja como um bom soldado, seja pagando os impostos, seja sendo um bom agricultor.

MARROU, H. **História da educação na antiguidade**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

MARROU, H. Roma adopta a Educação Grega. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: Herder, 1966.

PEREIRA, M. H. da R. **Estudos de História da Cultura Clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

A RELEVÂNCIA DAS GARATUJAS NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM INFANTIL

THE RELEVANCE OF GARATUJAS IN THE CONSTRUCTION OF CHILD LEARNING

Maria da Conceição Lopes³¹
Maria das Dores Rodrigues Teixeira³²
Maria dos Milagres Araújo da Silva³³
Rosimar Alves dos Santos³⁴

RESUMO: O trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na escola Unidade Escolar Bernarda Portela da Ponte no município de Chapadinha – MA da rede de ensino municipal em 2017. Com o principal objetivo analisar as garatujas como contribuições necessárias para o início da escrita na criança da Educação Infantil, partindo das principais teorias que abordam a escrita e todo o processo que a criança percorre para se apropriar dela. O estudo apresentou as concepções de escrita nas fases em que a criança se encontra, construindo, gradativa e plenamente, a aquisição dessa linguagem humana. Assim, como a prática desenvolvida pela professora em sala de aula e o tipo de atividades realizadas pelas crianças na escola contribuem sobremaneira para a escrita. O estudo foi iniciado por meio de pesquisa bibliográfica, sendo finalizado com a de campo e, como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a observação e a entrevista semiestruturada com abordagem qualitativa, envolvendo os seguintes sujeitos: 01 (uma) professora, 02 (duas) crianças do 1º período da Educação Infantil e 02 (duas) mães das crianças participantes da pesquisa. Com isso, constatou-se que a criança, nesse período, necessita de mediação adequada do professor para o desenvolvimento almejado da capacidade de escrita.

Palavras - chave: Garatujas. Escrita. Criança. Educação Infantil.

ABSTRACT: The work is the result of a research carried out at the School Unit Bernarda Portela da Ponte in the municipality of Chapadinha - MA of the municipal education network in 2017. With the main objective to analyze the doodles as necessary contributions for the beginning of writing in the child of Early Childhood Education , starting from the main theories that approach writing and the whole process that the child goes through to appropriate it. The study presented the conceptions of writing in the phases in which the child is, building, gradually and fully, the acquisition of this human language. Thus, how the

³¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). E-mail: mconceicao1410@outlook.com;

³² Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). E-mail: maryriodriguesteixeira2016@gmail.com;

³³ Graduada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). E-mail: mila.machado98@hotmail.com;

³⁴ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). E-mail: rosimaralvesvida@outlook.com.

practice developed by the teacher in the classroom and the type of activities performed by children at school contribute greatly to writing. The study was initiated by means of bibliographic research, being concluded with the field research and, as a data collection instrument, observation and semi-structured interview with a qualitative approach were used, involving the following subjects: 01 (one) teacher, 02 (two) children from the 1st period of Early Childhood Education and 02 (two) mothers of the children participating in the research. Thus, it was found that the child, in this period, needs adequate mediation from the teacher for the desired development of writing ability.

Keywords: Garatujas. Writing. Child. Child education.

1 INTRODUÇÃO

A escrita é um longo e complexo processo que a criança vai se apropriando aos poucos e, a princípio, inicia-se pelas garatujas. Nesta fase, ensinar a criança é, acima de tudo, fazer um acompanhamento adequado do processo de aquisição da escrita.

Convém enfatizar que as garatujas têm, como principal função, a evolução dos simples rabiscos. Por isso, é importante a descoberta dos sentidos e significados do garatujar pela criança. Diante disso, pretende-se, com este trabalho, analisar as garatujas como contribuições necessárias ao início da escrita de crianças de 4 anos de idade da Educação Infantil, matriculadas no primeiro período de uma instituição de ensino do município de Chapadinha.

Portanto, a escolha do tema foi a partir de uma seleção significativa da pesquisa realizada na escola Unidade Escolar Bernarda Portela da Ponte no município de Chapadinha – MA da rede de ensino municipal em 2017. Com isso, apontou-se apenas os fundamentos e análises indispensáveis para atender as inquietações relacionadas as garatujas.

Neste sentido, surgiram as inquietações relacionadas a ausências de interesse das crianças nas atividades e dinâmicas realizadas na escola. Tendo em vista que algumas não acompanhavam o desempenho da turma e não apresentavam, também, interesse em interagir com os colegas.

Para identificar o porquê desse comportamento, questionou-se às crianças o motivo pelo qual não se sentiam motivadas durante as aulas. Além disso, verificou-se as tarefas e foi constatado que, em seus cadernos, havia apenas garatujas. À vista disso, percebeu-se que a criança estava na tentativa de iniciar a escrita, mas precisava da mediação da professora para o desenvolvimento da sua linguagem escrita. Desde então, procurou-se pesquisar sobre os

riscos e rabiscos feitos pelas crianças, que são as marcas deixadas em suas atividades gráficas denominadas de garatujas.

Para dar sustentabilidade teórica e metodológica às inquietações de se compreender o processo de aquisição da escrita infantil, principalmente a noção de que as garatujas são, de fato, a etapa inicial da apropriação da escrita pela criança, utilizou-se a abordagem construtivista de Piaget [20-?], Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999).

Discute-se, então, concepção da evolução da escrita, descrevendo todo o percurso histórico dela desde a pré-história na qual os homens utilizavam desenhos para se comunicar, mas ainda não era considerada uma escrita. De acordo com os estudos de Gagliari (2011), a escrita teve um período de transição com três fases, que são: pictórica, ideográfica e alfabética. Composto este capítulo, há a discussão das concepções de escrita na Educação Infantil e as contribuições necessárias das garatujas para o início da escrita na criança.

Logo em seguida, trata-se do percurso metodológico da pesquisa a qual tem caráter qualitativo, tendo a pesquisa bibliográfica para analisar os trabalhos científicos publicados com temas pertinentes ao conteúdo em estudo. Logo após, realizou-se a observação em sala de aula. A pesquisa de campo, por meio da coleta de dados, subsidiou a pesquisa. Identificou-se, de acordo com Ferreiro, que as crianças precisam de métodos inovadores e diferenciados para aquisição da escrita e o professor deve compreender as fases de desenvolvimento infantil para poder fazer a mediação. É importante salientar que as crianças não são desprovidas de conhecimento e nem de pensamento. Para a criança, cada rabisco vem acompanhado de uma descoberta e sentimentos.

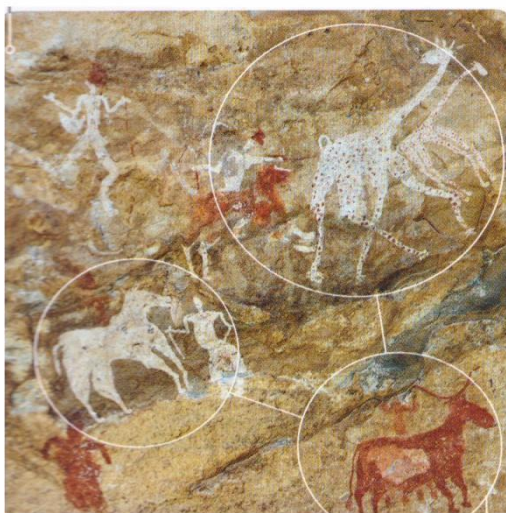
Posteriormente, contextualiza-se as análises dos dados da pesquisa. Com base na entrevista com a professora, crianças e mães, foi possível conhecer o universo dos sujeitos pesquisados e o contexto sócio-histórico das crianças. Verificou-se que a professora sempre enfatizava que as crianças pesquisadas não estavam na fase das garatujas e, sim, no início da alfabetização. Entretanto, no momento da aplicação das atividades com as crianças, notou-se que elas sabiam somente a escrita mecânica e, ao se solicitar para fazer algo espontâneo, algumas crianças fizeram garatujas.

Para finalizar, são feitas as considerações finais, apontando o quanto as garatujas são essenciais para o desenvolvimento da escrita. Por isso, logo que a criança for inserida na Educação Infantil, o professor deverá estar apto para mediar essa criança que brinca, pensa, rabisca e constrói seu aprendizado. Dessa forma, propõe-se que o professor transforme essa realidade, pondo em prática as teorias e os conhecimentos construídos por meio da sua formação inicial no ambiente acadêmico.

2 CONCEPÇÃO DA EVOLUÇÃO DA ESCRITA: Garatujas contribuições necessárias para o início da escrita da criança na educação infantil

O período conhecido como Pré-História é definido como o momento da história da humanidade em que o homem ainda não havia criado a escrita. Ele fazia desenhos nas paredes das cavernas para deixar suas marcas e registrar suas histórias. Essas figuras foram chamadas de arte rupestres como mostra o exemplo abaixo:

Figura: 1 – As artes rupestre³⁵



Fonte: Campos, Claro, (2015, p. 25).

Figura: 2 – As artes rupestre³⁶



Fonte: Boulos Júnior, (2016, p. 45).

Sua periodização tem por origem o surgimento dos primeiros seres humanos por volta de 4000 a.C. Nesse período da Pré-História, os desenhos e escritos ainda não eram tratados como escrita, apesar de ser uma forma que o homem encontrou para haver comunicação.

A história da escrita faz parte da vida humana e contribui para o desenvolvimento social e cultural da humanidade.

A fase pictórica se distingue pela escrita por meio de desenho ou pictogramas. De acordo com o autor, estes inscritos antigos podem ser vistos de maneira mais detalhada na figura abaixo.

Observa-se os primeiros inscritos de maneira mais detalhada na figura abaixo:

³⁵ Na década de 1960, pesquisadores sugeriram que as artes rupestres formavam um sistema no qual os animais teriam valores: o bisão estaria associado a representações do feminino, o cavalo ao masculino. [...] nesse sentido algumas figuras tinham representações simbólicas ou religiosas, rituais de magias e momentos de diversão. (CAMPOS; CLARO, 2015, p. 24).

³⁶ Arte rupestre é o mais antigo tipo de arte da história. Também é conhecida como gravura ou pintura rupestre. Esse tipo de arte teve início no período Paleolítico Superior e é encontrada em todos os continentes. (BOULOS JUNIOR, 2015, p. 45).

Figura 3: Cantos Ojibwa da América do Norte, na escrita asteca.



Fonte: Cagliariari (2009, p. 91).

Segundo Cagliariari (2009), os povos comunicavam-se com a escrita representada por desenho. Eram representações simples demonstrando a realidade cotidiana como: as atividades de caças, pescas, brigas, cerimônias, acontecimentos importantes que deveriam ser deixados registrados para que outras pessoas tomassem conhecimento daquela realidade dentro da história. Nessa perspectiva, ressalta-se que escrita, de acordo com a sua evolução, acompanha a história do homem.

Ainda, conforme Cagliariari (2009), houve três fases distintas: a pictórica foi a primeira forma de registro primitivo que os sujeitos encontraram para construir um sistema de representações em que as figuras representavam objetos; a fase ideográfica, em que a escrita era representada através dos desenhos, por conseguinte, tais desenhos como a letra “a” que representava a cabeça de um boi na escrita egípcia, que deu início aos gráficos, evoluindo para as letras do atual alfabeto, tornando-os escrita convencional; e a fase alfabética se caracteriza pelo uso de letras que se originou pelos desenhos rústicos, tornando-se compreendida pelo leitor com uma nova função escrita.

Nesse viés, Cagliariari (2009) aponta que o alfabeto passou por várias modificações até tomar a forma tradicional. Os silabários que formavam um conjunto de caracteres silábico eram representados por desenhos que tinham um papel representativo atribuído à fonética da palavra. Os fenícios utilizaram vários sinais da escrita egípcia formando um inventário muito reduzido de caracteres, cada qual representava símbolos apresentando apenas consoantes, as vogais não tinham importância. Esse tipo de escrita ainda é encontrado no árabe e no hebraico.

Para Cagliariari (2009), os gregos adaptaram o alfabeto fenício no qual fizeram a inclusão das vogais no alfabeto grego, que têm função linguística, facilitando o

reconhecimento das palavras. Ao unificar as vogais e consoantes em um mesmo sistema, os gregos fundaram o sistema de escrita alfabética.

O sistema de escrita alfabética é apresentado com um número de inventário menor de símbolos, permitindo, assim, maiores possibilidades de um conjunto de escrita. A escrita grega foi adaptada pelos romanos, conseqüentemente, após essa adaptação, constituiu-se o alfabeto greco-latino, dando origem ao atual alfabeto.

[...] representação semântica correspondente a unidades morfológicas e, mais raramente, a unidades maiores ou menores do que as palavras (veja os símbolos e as cartas enigmáticas). Os caracteres dos sistemas de ideográficos podem ser usados para representar sílabas, adquirindo, então, um caráter fonográfico. [...] uma sílaba pode também ser representada por uma letra do alfabeto, fazendo com que a característica típica fonográfica da escrita alfabeto comece a perder. Apenas os caracteres do sistema alfabético conseguem formar sistemas fonográficos, representando os sons da fala em unidades menores do que a sílaba; é, portanto o sistema mais detalhado quanto à sua representação fonética. (CAGLIARI, 2009, p. 96).

Os sistemas de escrita pictográfica e ideográfica podem ser representados, de acordo com o sentido, referindo-se a determinadas palavras, símbolos ou enigmas, diferentemente da alfabética, que se utiliza de combinação de letras para invocar uma palavra. Por isso, a escrita pode ser compreendida de várias formas como: desenhos, figuras, enigmas, símbolos, letras. São formas que o homem encontrou para expressar suas ideias, sentimentos, necessidades, passar informações e registrar os acontecimentos, transformando-os em história dentro de um contexto.

Cagliari (2009) afirma que a escrita foi uma maneira de representar a memória coletiva religiosa, mágica, científica, política, artística e cultural. Nessa concepção, compreende-se que, seja qual for o tipo de escrita, sempre contribuirá para fazer as representações dos anseios sociais de uma forma coletiva em uma perspectiva de progressão da humanidade.

[...] a escrita tem como objetivo a leitura. A leitura tem como objetivo a fala. A expressão linguística se compõe de unidades de tamanho variável, chamadas de signos e que se caracterizam em sua essência pela união de um significado a um significante. (CAGLIARI, 2009, p. 99).

Além da invenção da escrita, houve outras invenções que marcaram, historicamente, a sociedade, por exemplo, a invenção do livro e da imprensa, possibilitando que a escrita saísse do domínio de poucas pessoas, popularizando-a para outros públicos, contribuindo para que mais pessoas pudessem fazer parte do mundo das letras por meio da leitura e da produção de textos.

Os sistemas de escrita podem ser divididos em dois grandes grupos: os sistemas de escrita baseados no significado (escrita ideográfica) e os sistemas baseados no significante (escrita fonográfica). Segundo Cagliari (2009, p. 99):

Os sistemas baseados nos significados são, em geral, pictóricos, iconicamente motivados pelos significados que querem transmitir, e dependem fortemente dos conhecimentos culturais em que operam. [...] esse tipo de escrita não depende de uma língua específica. Sua leitura pode ser feita em várias línguas, dependendo da habilidade linguística do leitor e de sua capacidade de ler o que está escrito [...].

Nessa concepção, na escrita ideográfica, a leitura é realizada com o auxílio de imagem e com o respectivo nome, facilitando, assim, a decifração do código escrito. Exemplos de escritas ideográficas: os sinais nas placas de trânsito, os logotipos. As escritas ideográficas originaram-se da escrita pictórica, icônica.

De acordo com Cagliari (2011), na própria combinação de caracteres icônicos, surgiu a possibilidade de escrita motivada foneticamente com esse mesmo processo. Com efeito, a relação icônica tornou-se cada vez mais irrelevante e a relação fonográfica cada vez mais significativa.

O sistema de escrita está ligado direta ou indiretamente aos sons de uma língua e, como as línguas sempre estão em processo de constante transformação, as formas fônicas das palavras mudam, fazendo com que, de início, a escrita seja de difícil leitura. Historicamente, o sistema de escrita ideográfico foi reformulado e acabaram incorporando novos elementos de escrita fonográfica (CAGLIARI, 2011).

De acordo com Cagliari (2009), o sistema alfabético acontece de forma contraditória, principalmente para a criança que não consegue dominar e diferenciar a escrita com o som ou vice-versa, ocasionando, muitas vezes, conflitos cognitivos, entretanto, os sistemas alfabéticos são uma representação escrita de uma linguagem social e cultural. Então, como característica do sistema alfabético, há omissão deliberada de letras em algumas circunstâncias para algumas palavras específicas.

2.1 Discutindo concepções de escrita na educação infantil

Desde os primórdios, a escrita faz parte da vida da história da humanidade e continua sendo o centro da aprendizagem. Na contemporaneidade, tornou-se um instrumento de busca e aquisição de conhecimento, pois a escrita está inserida na sociedade em todos os lugares, dentro das residências, nas ruas, nas lojas, nos comércios. Está presente, também, nos meios de comunicações como: TVs, computadores, tablets, telefones, celulares etc. Logo, é por meio da escrita que se pode adentrar no universo da modernidade e da informação.

Diante disso, Ferreiro (2013, p. 27), questiona [...] “que tipo de inovação foi essa tão variada em suas realizações, tão multiforme em termos puramente gráficos, tão temida pelos que sofrem seus efeitos e tão elogiada pelos que a praticam?”. Portanto, a escrita foi uma descoberta inovadora, portadora de vários significados, relevante para o desenvolvimento humano. Além disso, a escrita é primordial para o desenvolvimento da criança.

A escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Como objeto cultural, a escrita cumpre diversas funções sociais e tem meios concretos de existência (especialmente nas concentrações urbanas) [...]. (FERREIRO, 2010, p. 44).

De acordo com a autora, a escrita está presente na vida das crianças muito antes de iniciar a vida escolar. Historicamente, as letras sempre fizeram parte do contexto social e cultural do homem. Nesse sentido, pensando na criança, é necessário que se faça uma relação das letras expostas visualmente com as que serão construídas.

Smolka (2012, p. 25), aborda que é muito comum e natural a relação da criança com a escrita antes da inserção no ambiente escolar: “Já havia observado crianças pré-escolares respondendo e interpretando a escrita em embalagem de produtos, rótulos e propagandas [...]”. Nessa perspectiva, entende-se que as crianças estão nesse universo letrado e devem fazer parte dele ativamente. Por isso, precisam ser mediadas de modo construtivo para a elaboração dessa realidade condizente com sua natureza infantil e, assim, consigam gradativamente iniciar a aquisição da escrita.

A escrita é um processo de desenvolvimento que passou por diversas mudanças até chegar à escrita convencional.

Por isso, segundo Contini Júnior (Apud GONTIJO, 2008, p. 65), “[...] os grafismos primitivos e indecifráveis marcam o início da evolução da escrita na criança. [...]”. Portanto, os primeiros traços rudimentares têm como característica a difícil compreensão.

Gradativamente, os traços ganham forma até que a escrita seja construída visivelmente certa ou adequada para o código escrito.

[...] a evolução da escrita na criança tem início no momento em que ela distingue desenho e escrita. O que evidencia ainda essa distinção são as características dos grafismos produzidos e, portanto, o fato de apresentarem uma ordenação linear [...]. (FERREIRO; TEBEROSKY apud GONTIJO, 2008, p. 65).

Dessa forma, é importante enfatizar que, quando a criança inicia os primeiros grafismos, trata-se de um processo característico da infância. É um período no qual a criança desperta a vontade de escrever. Ela não inicia por desenhos nem letras, mas fazendo riscos e rabiscos. Depois, nas representações dos objetos, a criança imagina que sua produção precisa de um nome, então inicia as tentativas de fazer letras. Neste sentido, os rabiscos são

considerados como desenhos quando a criança faz garatujas, tentando dar nome fora do desenho. Diante de tantas tentativas, os primeiros códigos começam a surgir.

[...] as primeiras garatujas, consideradas como traços casuais sem qualquer tentativa de controle, podem ser consideradas escritas. Ele ainda fornece elementos para pensar em dois percursos de desenvolvimento (do desenho e da escrita) que são iniciados ao mesmo tempo em determinada criança, mas que se desenvolvem separadamente um do outro. “[...] traços ondulados contínuos (do tipo de uma série de emes em cursiva), ou uma série de pequenos círculos ou linha vertical [...]”. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 181).

Ainda segundo a autora, as garatujas são os primeiros passos para a escrita, sendo que o desenvolvimento do código escrito depende do tipo da letra com a qual a criança tem constante contato. Então, pode-se afirmar que a escrita é um produto cultural no qual a criança está inserida.

Azenha (1995) relata sucintamente que o desenho e a escrita são elementos distintos que mantêm uma relação fundamental para a produção infantil. Quando se distanciam as letras dos desenhos, pode-se afirmar que são os nomes que a criança atribui ao objeto desenhado. Isso significa o início da diferenciação entre o desenho e a necessidade de nomeá-lo. Nesse sentido, as letras se distanciam do desenho, ganhando certa independência.

A escrita passa por processos muitas vezes rudimentares, mas, para a criança, a escrita construída por ela é uma escrita convencional e isso se torna legível quando a criança começa a imitar a escrita do mundo adulto. Dessa forma, Vygotsky (2010, p. 162) afirma:

Assim, o processo da escrita, que começou com um gráfico não diferenciado, puramente imitativo, simples acompanhamento das palavras apresentadas, depois de algum tempo foi transformando em um processo que indicava que superficialmente estabelecera-se uma conexão entre produção gráfica e a sugestão apresentada. A produção gráfica da criança deixou de ser simples acompanhamento de uma sugestão e tornou-se seu reflexo – embora de forma muito primitiva. [...].

Portanto, o processo da escrita se inicia por um simples gráfico, mas com intencionalidade da criança que o constrói na tentativa de imitar o mundo do adulto ao qual a escrita pertence. Naturalmente, a criança vai percebendo que a escrita é um meio viável de representação de linguagem e também de mundo. Então, a escrita que parecia primitiva começa a ganhar espaços e formas adequadas.

2.2 Garatujas: contribuições necessárias para o início da escrita da criança na educação infantil:

O Dicionário Aurélio Online de Português apresenta a seguinte definição sobre garatuja, pois é um dos elementos fundamentais para a compreensão da produção infantil.

“**Garatuja:** Significa desenho rudimentar, malfeito, normalmente sem forma e ilegível. (por

extensão) Os rabiscos que as crianças fazem na tentativa de representar o mundo que as rodeiam”. (DICIONÁRIO, 2020).

As garatujas são tentativas de representar o mundo que rodeia a criança e uma forma de comunicar-se. Portanto, a escrita é um ato de expressar, de maneira espontânea, as coisas, objetos e ações. É fundamental para a humanidade está se comunicando e contando histórias, deixando marcas por meio da escrita. Por isso, acredita-se que a escrita passa por transformações conforme as mudanças históricas e culturais de cada época. Há consenso quanto a ideia de que a escrita possibilita aprendizagem, logo é um importante instrumento cultural à disposição da humanidade.

Os indicadores mais claros das explorações que as crianças realizam para compreender a natureza da escrita são suas produções espontâneas, entendendo como tal as que não são o resultado de uma cópia (imediate ou posterior). Quando uma escreve tal como acredita que poderia ou deveria escrever certo conjunto de palavras, está nos oferecendo um valiosíssimo documento que necessita ser interpretado para poder ser avaliado. Essas escritas infantis têm sido consideradas, displicentemente, como garatujas, “puro jogo”, o resultado de fazer “como se” soubesse escrever. (FERREIRO, 2010, p. 19).

Portanto, é compreensível que a criança seja capaz de desenvolver suas habilidades na escrita por meio das garatujas. Nesse sentido, o garatujar da criança é considerado tentativa de escrita. Na imaginação infantil, ela acredita que está criando algo. Por isso, a exposição de códigos escritos no meio no qual a criança está inserida vai impulsioná-la para as imitações de escrita. Entretanto, somente a exposição, por si só, não permitirá a aquisição da escrita, é preciso pensar em outros elementos que conduzirão a aprendizagem do código escrito.

A esse respeito, Ferreiro (2010, p. 41) pondera: “[...] Temos uma imagem empobrecida da criança que aprende: a reduzimos a um par de olhos, um par de ouvidos, uma mão que pega um instrumento para marcar e um aparelho fonador que emite sons”. Ferreiro (1999) afirma que, por trás de cada criança, há um sujeito cognoscente, um sujeito que busca adquirir conhecimento, alguém que pensa, que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu.

Vale abordar, também, que toda criança tem conhecimentos prévios. Estes devem ser reconhecidos e trabalhados de maneira adequada. Por isso, deve-se valorizar os conhecimentos já apreendidos assim como todas as atividades gráficas realizadas, pois elas contribuem para a construção de novos saberes.

Portanto, para Ferreiro e Teberosky (1999, p. 29): “O sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca”. Nessa perspectiva, a criança deve ser

estimulada corretamente para que possa progredir em sua trajetória escolar, em conformidade com seu grau de aprendizagem, possibilitando o seu desenvolvimento integral.

Ainda Ferreira e Teberosky (1999, p. 29), abordando a concepção piagetiana, afirma: “É um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo organiza seu mundo”. Logo, a criança deve ser compreendida como construtora de novos conhecimentos, possibilitando, assim, o aprendizado infantil. A escrita é, cada vez mais cedo inserida no universo da criança, despertando o seu interesse pelo papel e lápis para rabiscar. Assim, surgem as garatujas infantis em seu cotidiano como uma oportunidade de criar e recriar o mundo, que não deve ser descartado, pois são representações escritas, tentando demonstrar, por meio do ato de escrever, a sua comunicação.

Para Smolka (2012, p. 23): “Dei-me conta de que, possivelmente, minhas preocupações iniciais se limitavam aos aspectos funcionais e configuracionais da escrita”. Em uma sociedade letrada, a criança tem uma forma própria de interpretar os signos escritos antes mesmo do seu ingresso na escola.

Por isso, a escola tem a responsabilidade de contribuir para o progresso das habilidades e coordenações motoras já apresentadas pela criança antes de ingressar na escola. Dessa forma, é correto fazer a mediação desse sujeito, que aos poucos constrói conhecimentos e desenvolve novas capacidades mediante a escrita. Portanto, a criança, mesmo pequena, é capaz de comparar, excluir, organizar e por meio do garatujar ter a possibilidade de levantar questões adequadas para a idade. Vale ressaltar que, além da escola, a família também tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento das habilidades da criança antes de ser incluída na escola.

A criança, com a prática de rabiscar, vai adquirindo coordenação motora. Logo em seguida, as garatujas vão ganhando novos elementos, assim, o educador tem que observar a qualidade dos traços e detalhes que vão surgindo nos desenhos infantis. Desse modo, Ferreira (2011, p. 21) afirma que:

Os aspectos gráficos têm a ver com a qualidade do traço, a distribuição espacial das formas, a orientação predominante (da esquerda para a direita, de cima para baixo), a orientação dos caracteres individuais (inversões, rotações etc.). Os aspectos construtivos têm a ver com o que se quis representar e os meios utilizados para criar diferenciações entre as representações.

Nessa perspectiva, para se analisar o desenvolvimento e qualidade das garatujas, é preciso ir além do aspecto visual. Evitar observar a aparência gráfica se está esteticamente adequada e priorizar sua representação, ou seja, seu correlato simbólico. O processo de escrita

é muito importante, ainda mais para a criança que está na fase inicial de aprendizagem e que necessita muito de um profissional dedicado que contribua para o seu desenvolvimento e valorize cada desenho e rabisco produzido.

De acordo com Ferreiro (2011, p. 60):

Ao tratarmos como ininteligível a produção escrita da criança, na medida em que esta não se aproxima da escrita convencional, estaremos desvalorizando seus esforços para compreender as leis da escrita. [...] o professor teria que aceitar as primeiras escritas infantis como amostras reais de escrita e não como puros “rabiscos”.

Nessa perspectiva, as produções gráficas das crianças devem ser mediadas e valorizadas para que elas possam progredir em seu processo de aquisição da escrita. Diante disso, é necessário considerar o esforço da criança, ter um olhar diferenciado para as escritas infantis, não devendo ser vistos apenas como simples riscos ou rabiscos, mas como uma atividade produzida pela criança e assim contribuir para a evolução do desenvolvimento infantil.

Dessa forma, Ferreiro (2011, p. 61) menciona que:

[...] se só dirigirmos às crianças que compartilhem alguns de nossos conhecimentos (ou seja, a quem já tenha percorrido praticamente sozinho grande parte do caminho), deixaremos de lado uma grande porcentagem da população infantil estacionada em níveis anteriores a esta evolução, condenando-a – involuntariamente – ao fracasso.

Portanto, o trabalho pedagógico em sala de aula deve ser de inclusão, estabelecendo e oportunizando um ambiente acolhedor que estimule o processo de ensino e aprendizagem para todas as crianças com igualdade. Cabe ressaltar, então, que, quando a criança não tem um acompanhamento necessário, ela não progride em seu aprendizado. Por isso, devem ser promovidas ações que integrem todos os alunos no contexto escolar, valorizando o conhecimento prévio em relação à escrita, de maneira que suas produções sejam vistas como importantes atividades gráficas para a aquisição plena da escrita convencional.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A construção desta pesquisa foi elaborada de acordo com os dados obtidos por meio de uma abordagem qualitativa, que é um processo que não adere a opiniões isoladas, mas reformula-se de acordo com a realidade, na qual a coleta de dados é imprescindível. (MARCONI; LAKATOS, 2011). Posteriormente, procedeu-se com a análise dos dados que é o marco inicial da elaboração do trabalho.

Para a realização da coleta de dados, utilizou-se a observação, essa técnica oferece uma aproximação que transmite confiança com intenção de coletar informações.

Marconi e Lakatos. (2011, p. 76), afirmam que “A observação ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. Nesse sentido, percebe-se que a observação é uma técnica utilizada com o intuito de analisar as ações dos sujeitos em uma perspectiva que oportuniza aos observadores averiguar se o que declara condiz com a realidade. Nesse sentido, a observação foi realizada pela equipe de estudo, possibilitando um olhar diferenciado e diversificado sobre o tema, para uma reflexão crítica do objeto em questão.

Para coletar dados dos sujeitos participantes da pesquisa, utilizou-se a entrevista semiestruturada com 01 (uma) professora do primeiro período e 02 (duas) crianças.

Para Triviños (2010, p. 152):

A entrevista semiestruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator. Este traço da entrevista semiestruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua específica como de situações de dimensões maiores.

Desse modo, compreende-se que a entrevista semiestruturada valoriza o sujeito da pesquisa, dando ao entrevistado liberdade de responder aos questionamentos de acordo com suas ideias, de forma espontânea, objetivando colher informações sem que se sinta pressionado.

A pesquisa bibliográfica foi necessária, pois, segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 57), “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo [...]”. Logo, nessa condição, o pesquisador tem acesso a um universo de objetos como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, que servirão de subsídios necessários para que o estudo seja consistente e fundamentado teoricamente.

A pesquisa de campo possibilitou a coleta de dados para o tema em pauta, entretanto, anteriormente foi necessária a pesquisa bibliográfica que providenciou a base para a execução *in lócus*, como aborda Marconi e Lakatos (2011, p. 69):

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra o atual problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões sobre o assunto. [...] deve-se determinar técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. [...] estabelecer tanto as técnicas de registros desses dados como as técnicas que serão utilizadas em análise posterior.

Convém ressaltar que ambas as pesquisas são fundamentais para a sustentabilidade e consistência dos elementos de estudo, sendo, então, a leitura bibliográfica indispensável para a realização da pesquisa de campo. Portanto, as duas pesquisas propiciam uma visão geral do tema estudado, norteando como fazer e aplicar os procedimentos metodológicos e como analisá-los adequadamente.

A pesquisa foi realizada no município de Chapadinha – MA na Unidade Escolar Bernarda Portela da Ponte, escola da rede de ensino municipal, situada na Rua Manoel de Inácio de Almeida, S/N no Bairro Novo, oferece a Educação Infantil – 1º período e 2º período – totalizando 48 (quarenta e oito) alunos matriculados.

A escola dispõe de 18 (dezoito) funcionários, sendo: 01 (uma) gestora, 02 (dois) auxiliares de serviço gerais (ASGs), 02 (dois) vigias, 01 (um) agente administrativo, 12 (doze) professores.

A estrutura física da escola está dividida da seguinte maneira: 09 (nove) salas de aula, sendo que em 2 (duas) são ofertadas a Educação Infantil pré-escola primeiro e segundo período; 01 (sala) que funciona a secretaria/direção; 01 (uma) minibiblioteca; 01 (uma) cantina; 01 (uma) sala de informática que se encontra desativada por falta de manutenção, 01 (uma) área de vivência, 02 (dois) depósitos, 02 (dois) banheiros, masculino e feminino, e 01 (um) banheiro para cadeirante.

A escola atende famílias de baixa renda, oriundas da lavoura. A maioria dos pais das crianças é carente de políticas sociais, saúde, saneamento básico e educação. Muitas famílias são beneficiárias de Programas do Governo Federal, como o “Bolsa família”, renda que contribui para a compra de materiais escolares e para manutenção das crianças na escola.

A escola oferece um ensino em consonância com a proposta pedagógica do sistema municipal, respeitando a realidade sociocultural da comunidade local. Diante disso, a escola contribui com um ambiente educativo que promove valores humanos como o respeito, a alegria, a amizade, a solidariedade, a disciplina, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres. Essas práticas contribuem para a socialização, a convivência e desenvolve e fortalece a noção de cidadania.

4 A RELEVÂNCIA DA GARATUJA NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM INFANTIL: uma reflexão sobre a prática pedagógica na Educação Infantil

A partir da retenção das informações, faz-se análise e discussão dos resultados obtidos, sendo apresentadas de maneira contextualizada, outras são desvendadas no formato de quadros. Vale ressaltar que os sujeitos participantes da pesquisa foram 01 (uma) professora;

02 (duas) crianças e 02 (duas) mães. Portanto, iniciou-se com os questionamentos à professora.

Quando indagada sobre o que compreende por garatuja, a professora respondeu:

Garatuja é a iniciação da escrita, eu compreendo que seja o início de tudo, quando ele tá aprendendo mesmo a escrever e não tem ainda noção do que é escrita e tudo que ele faz as “garatuja” representa o que ele quer demonstrar pra gente através desses rabiscos.

De acordo com a afirmação da professora, as garatuja são os primeiros rabiscos que a criança constrói no sentido de estar escrevendo. É a maneira que a criança tem de deixar suas marcas como registro, representando o mundo infantil. Enquanto a criança não desenvolve a escrita convencional, o ato de garatujar é uma forma de expor seus sentimentos para as pessoas próximas. Portanto, cada criança tem sua forma de aprender, dessa forma, nem todas aprendem com rapidez. Com algumas crianças o processo pode ser lento e esses rabiscos podem demorar a se desenvolver. Nessa linha de pensamento, Vigotskii (2012, p. 157) afirma que:

[...] uma criança produziu a mesma escrita indistinta sem sentido que acabamos de comentar, os mesmos rabiscos e linhas sem sentido; todavia, foi capaz de lembrar-se perfeitamente de todas as sentenças que anotou. Todos aqueles rabiscos, na verdade, eram mais que simples garatuja, uma verdadeira escrita [...].

Dessa forma, as garatuja têm um nível incompreensível para o adulto. Entretanto, a criança, ao escrever seus rabiscos, quando questionada sobre o que escreveu, saberá dizer o sentido de seus rabiscados.

Em relação à compreensão do processo da escrita da criança, a professora justificou:

Esse processo da escrita da criança se dá por meio de garatuja mesmo, de rabiscos, de desenho, tudo que ele quer mostrar pra gente, tudo que ele compreende e entende ele demonstra através dessa escrita e muitas vezes, não é compreendida pelo professor, por quê? Porque eles querem colocar em prática o que eles entendem, mas não tem aquelas habilidades através da escrita, e aí demonstra no pequeno rabisco de desenho. O professor tem que ter essa noção, do que ele quer representar, através desses rabiscos e garatuja.

A professora enfatizou que as garatuja fazem parte do processo da escrita e que esses rabiscos sem forma devem ser vistos como resultado de uma coordenação motora ainda indefinida da criança, por isso o professor deve compreender as fases do desenvolvimento infantil. Para tanto, Vigotskii, Luria e Leontiev (2012, p. 144) fazem as seguintes análises do processo da escrita na criança.

[...] O psicólogo defronta-se com as seguintes questões, que são importantes e intrigantes: investigar a fundo este período inicial do desenvolvimento infantil, deslindar os caminhos ao longo dos quais a escrita se desenvolveu em sua pré-história, explicar detalhadamente as circunstâncias que tornaram a escrita possível para a criança e os fatores que proporcionaram as forças motoras deste desenvolvimento e, finalmente, descrever os estágios através dos quais passam as técnicas primitivas de escrita da criança.

A coordenação motora é importante no desenvolvimento da criança para a escrita, por isso é preciso compreender os fatores que influenciam no desempenho e que incentivam a criança a aprender e querer fazer rabiscos, imaginando está escrevendo. Portanto, trata-se de um estágio do processo de escrita da criança, que envolve as técnicas primitivas da escrita, ou seja, a escrita rudimentar e malfeita da criança e que faz parte, naturalmente, de seu desenvolvimento.

Há muitos desafios para a prática da professora em sala, principalmente quando se trabalha com crianças que precisam de uma mediação adequada que possibilite a apropriação de novos saberes. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica afirmam como deve ser mediada essa fase que é vista como início da vida escolar da criança.

[...] Trabalha-se com saberes da prática que as crianças vão construindo ao mesmo tempo em que se garante a apropriação ou a construção por elas de novos conhecimentos. Para tanto, a professora e o professor observam as ações infantis, individuais e coletivas, acolhe suas perguntas e suas respostas, busca compreender o significado de sua conduta. (BRASIL, 2013, p. 93).

É compreensível que a criança aprenda e se desenvolva de acordo com a sua especificidade. A professora tem papel fundamental nessa mediação. É necessário indagar a criança sobre o que pensa o que está aprendendo, o que foi capaz de aprender durante o ano letivo. Essas práticas contribuem para o processo de aprendizagem em harmonia com os conhecimentos que a criança já possui, garantindo, assim, a construção e reconstrução de novos saberes.

Quando questionada se as crianças que recebem acompanhamento dos pais nessa fase das garatujas apresentam alguma diferença das que não recebem uma atenção frequente, a professora respondeu da seguinte forma:

Quando se fala em acompanhamento da família, é totalmente diferente, tão ali ajudando, até a motivação da criança é maior, porque os pais têm aquele interesse, aquela vontade do filho aprender, principalmente na Educação Infantil que é a base de tudo, quando não tem acompanhamento o desenvolvimento das crianças se torna lento. Quando a criança é acompanhada, elas chegam no ensino fundamental sabendo o que é escrita.

É inquestionável a participação da família para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança no ambiente escolar. É uma parceria significativa em todos os aspectos como: cognitivo, afetivo e social, pois, no ambiente escolar, a criança se sente valorizada, amada e acolhida, produzindo então estímulo para querer participar das atividades tanto escolares como extraescolares. No entanto, pais ou responsáveis cobram da escola e do professor e também da criança como uma maneira de mostrar preocupação e cuidado para com a criança. Nesse viés, Brasil (2013, p. 84) compreende que:

O paradigma do desenvolvimento integral da criança a ser necessariamente compartilhado com a família, adotado no artigo 29 daquela lei, dimensiona aquelas finalidades na consideração das formas como as crianças, nesse momento de suas vidas, vivenciam o mundo, constroem conhecimento, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidade de modos bastante peculiares.

Portanto, é preciso que a família e a escola sejam parceiras nessa mediação para que possam contribuir de maneira significativa no desenvolvimento da criança e, assim, promover possibilidades de aprendizagem para construção de novos conhecimentos.

Buscando investigar o fator social, questionou-se se a interação social contribui para o desenvolvimento da escrita infantil. A professora afirmou que:

Acredito que sim, uma criança que não interage, quietinha, tímida que não mexe com ninguém eu não gosto, eu prefiro criança ativa que mexe com um, outro nem que eu tenha mais trabalho. Mas sei que aprende mais e interage com todos, e até me ajuda com crianças que é mais lentas. Criança que tem convívio social ativo se sobressai nas atividades com facilidade e gosta de colaborar com outras crianças.

Salienta-se que a interação social contribui para o crescimento integral da criança. A criança descobre sua subjetividade nas interações, aprende a se socializar e fortalece seus laços de amizade com os outros sujeitos participantes do seu cotidiano. Nesse sentido, Vigotskii, Luria e Leontiev (2012, p. 82) afirmam que:

[...] as relações que se estabelecem entre a criança e o mundo circundante são, por natureza, as relações sociais, pois é precisamente a sociedade que constitui a condição real, primária, de sua vida, determinando tanto seu conteúdo como motivação. [...].

Portanto, a partir da realidade da criança e de suas relações com os outros, ela constitui sua identidade e habilidades. Nessa perspectiva, as garatujas têm um importante papel para o processo da escrita infantil, tendo vista que a escrita está inserida no meio social e a criança interage por intermédio dos rabiscos, tentando se comunicar por meio de seu garatujar na medida em que está desenvolvendo a escrita.

Ao questionar a professora sobre a sua concepção e se acredita que, quando a criança inicia a pré-escola, ela possui conhecimentos prévios sobre a escrita, asseverou:

Acredito que sim, independentemente da família, mas a criança tem noção do que é escrita e leitura. Do jeito que o mundo tá hoje cheio de tecnologia, onde a criança tem habilidades, mexe em celular, tablete, computador, não vem cru pra escola. Não adianta dizer que o menino não sabe de nada, não existe isso. Hoje não precisa pegar mais na mão da criança, quando chega no primeiro período a maioria das crianças domina a coordenação motora para pegar no lápis e também eles têm muito contato visual com a escrita, tudo isso contribui.

Nessa abordagem, percebe-se que a criança, antes de frequentar o espaço escolar já possui o conhecimento prévio sobre a escrita e um pequeno conhecimento de mundo. É um sujeito que tem uma história e que aprendeu algo no seu jeito de ser, assimila e compreende,

buscando novos horizontes a partir de suas curiosidades. Vygotsky, Luria e Leontiev (2012, p.143) assinalam:

O momento em que uma criança começa a escrever seus primeiros exercícios escolares em seu caderno de anotações não é, na realidade, o primeiro estágio do desenvolvimento da escrita. [...] Podemos até dizer que quando uma criança entra na escola, ela já adquiriu um patrimônio de habilidades e destreza que habilitará a aprender a escrever em um tempo relativamente curto.

Portanto, as crianças não chegam à escola como um papel em branco. Elas já possuem habilidades e conhecimentos que servirão para integrá-los ao universo escolar, possibilitando a conquista da maturação cognitiva, dando continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Em seguida, serão analisados os posicionamentos das 02 (duas) crianças selecionadas identificadas por criança 1 e 2.

4.1 Conversa com as crianças sobre a escrita: dados coletados a partir da entrevista com a criança 1 e 2:

Quadro 1 – Quantos anos você tem?

Criança 1	4 anos
Criança 2	4 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As idades das crianças estão de acordo com essa fase da educação básica, uma vez que nesta idade a educação contempla a sua integração na Educação Infantil. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2013) apontam que a matrícula é obrigatória para crianças na faixa etária de quatro a cinco anos. Por isso, é necessário inserir a criança no espaço escolar, propiciando interação social, desenvolvimento e experiências significativas para a formação integral.

Quadro 2 - Qual a data do seu aniversário?

Criança 1	Não lembra
Criança 2	Não lembra

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Diante das respostas, percebe-se que, nesta fase, é comum a criança não lembrar a data de seu aniversário. De acordo com o RECNEI (1998), quanto a perguntas relacionadas a números, quantidades, geralmente a criança pode responder aleatoriamente, por isso é compreensível à resposta das crianças.

Quadro 3 - Você gosta de escrever?

Criança 1	Gosto
Criança 2	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quando se questionou os sujeitos pesquisados, eles não se omitiram e responderam espontaneamente de forma afirmativa. Nesse sentido, é válido ressaltar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Brasil (1998, p. 150) “Reconhecer a capacidade das crianças para escrever e dar legitimidade e significação as escritas iniciais, uma vez que estas possuem intenção comunicativa”. Portanto, a criança tem prazer em se expressar por meio da escrita, e tudo que ela imagina naturalmente registra conforme a sua realidade.

Quadro 4 - Onde você gosta de escrever: em casa ou na escola?

Criança 1	Na escola e em casa
Criança 2	Na escola, em casa também.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observou-se que as crianças são estimuladas a escrever a partir de um ambiente que promova seu interesse, ou seja, afirmam que tanto em casa quanto na escola se sentem à vontade para fazer suas atividades gráficas e criações. Portanto, de acordo com Brasil (1998), é cabível favorecer práticas de escrita para criança, viabilizando, assim, sua autoestima para que se sinta capaz de se dedicar ao ato de escrever, dar legitimidade e significado a sua escrita, uma vez que há intencionalidade em sua produção.

Quadro 5 - O que você mais gosta de fazer escrever ou desenhar? Por quê?

Criança 1	Escrever e desenhar: Porque eu gosto muito.
Criança 2	Escrever e desenhar: Porque sim.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação às respostas das crianças, ambas evidenciam que, nessa faixa etária, é comum despertar o interesse por esse tipo de atividade pedagógica. Gontijo (2008) afirma que elas contribuem no sentido de que quando a criança diferencia o desenho da escrita, começa a entender que a escrita tem um significado e tem representação de linguagem. Abaixo exemplos de atividades realizadas pelas crianças da pesquisa. Posteriormente, serão concluídas as análises e discussão sobre as informações obtidas das mães.

Figura 4: Atividade desenho livre.



Fonte: Elaboradas pela criança (2020).

Figura 5: Atividade desenho livre.



Fonte: Elaboradas pela criança (2020).

4.2 Conversa com a mãe da criança 1: dados coletados a partir da entrevista com a mãe da criança 1:

Quadro 6 – Dados pessoais da criança.

Idade	4 anos
Sexo	Masculino
Algum problema de saúde? Qual?	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Considerando as respostas da mãe da criança 1, evidenciou-se que está condizente com a condição da criança, uma vez que o infante goza de perfeita condição de saúde, possibilitando o desenvolvimento da aprendizagem e, conseqüentemente, é ativa em suas atividades. Segundo a lei Brasil (1998, p.120) ao “[...] considerar as crianças ativas na construção do conhecimento e não receptoras passivas de informações há uma transformação substancial na forma de compreender como elas aprendem a falar ler e escrever”. Nesse sentido, compreende-se que, quando a criança é acompanhada de forma positiva nas atividades escolares e não escolares, ela reúne condições favoráveis para a aquisição da aprendizagem.

Quadro 7 - Dados da vida escolar.

Com que idade frequentou pela primeira vez um espaço escolar?	4 anos
Como se relaciona com os amigos e professores?	Bem

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A mãe afirma que a criança começou a frequentar a escola com 4 anos de idade, por esta razão, cabe considerar que a postura dela foi adequada ao contemplar seu filho com a educação nesta faixa etária. Afirma, ainda, que referente ao relacionamento das crianças com as professoras e com os amigos de sala de aula, ela tem bom relacionamento. É comum as crianças frequentarem a escola nessa idade, já que a maioria das cidades não oferece creches. A criança passa a ter acesso à vida escolar somente na faixa etária de quatro anos. É um período dos primeiros contatos e interação social com outros grupos de pessoas diferentes da família.

Para as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças, desde bem pequenas, estabelecem com os professores e as outras crianças e que afetam a construção de suas identidades (BRASIL, 2013).

Destaca-se, portanto, que é necessário que a criança seja inserida na devida idade escolar que corresponde à faixa etária de 4 anos na qual ela começa a desenvolver a sua autonomia. Inicia-se, então, o ciclo de socialização com diferentes pessoas, é o princípio de uma nova etapa para a aprendizagem da criança.

Quadro 8 – Dados familiares.

Pessoas que moram com a criança: Quantas e qual o grau de parentesco?	4 pessoas: Pai, mãe e irmã
Pai Profissão Trabalho atual Escolaridade	Lavrador Lavrador 4º ano do Ensino Fundamental
Mãe Profissão Trabalho atual Escolaridade	Lavrador (A) Lavrador (A) 6º ano do Ensino Fundamental

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

É necessário que a criança compreenda a cultura à qual pertence, segundo Brasil (1998). Na construção de conhecimentos, é importante que a criança compreenda a cultura a qual vivencia e compartilha no meio social. Para tanto, a vivência de sua família é indispensável nesse processo de aprendizagem, como a relação com pais, avós, irmãos.

4.3 Conversa com a mãe da criança 2: dados coletados a partir da entrevista com a mãe da criança 2

Quadro 9 - Dados pessoais da criança.

Idade	4 anos
Sexo	Masculino
Algum problema de saúde? Qual?	Sim. Lesão no cérebro, constatado por laudo médico: epilepsia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com a mãe, mesmo com o problema de saúde da criança, ela teve a preocupação de matricular o filho na escola. Durante as observações na escola, verificou-se que a criança apresentava um ritmo lento em comparação a outras crianças, mas demonstrava interesse em fazer as atividades escolares e de aprender. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) esclarecem que se deve respeitar a especificidade, o ritmo de cada criança, o tempo e seu espaço. Nesse sentido, devem-se criar condições para que a criança possa desenvolver-se.

Quadro 10 - Dados da vida escolar.

Com que idade frequentou pela primeira vez um espaço escolar?	4 anos
Como se relaciona com os amigos e professores?	Se relaciona sem nenhum problema, no começo era muito danado na escola, mas melhorou.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como já abordado no quadro anterior em relação à matrícula da criança, ela frequentou a escola com a idade de 4 anos. É compreensível que muitas crianças, ao iniciar a vida escolar, apresentem comportamentos que possa chamar atenção do adulto. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) esclarecem que as crianças se manifestam de forma diferente e elaboram seu próprio jeito de agir, de forma que é natural ocorrer essas experiências, procurando compreender o mundo e a si mesmo por meio das interações com os outros.

Quadro 11 – Dados familiares.

Pessoas que moram com a criança: Quantas e qual o grau de parentesco?	4 pessoas: Mãe, dois irmãos
Pai Profissão Trabalho atual Escolaridade	Lavrador Lavrador 4º ano do Ensino Fundamental
Mãe Profissão Trabalho atual Escolaridade	Lavrador (A) Lavrador (A) 1º ano do Ensino Médio

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O convívio familiar é propício para o vínculo afetivo, emocional e cultural. Nesse sentido, o RECNEI (1998) assevera: “O meio em que a criança se encontra dar possibilidades para a criança desenvolver suas habilidades e construir seu próprio repertório”. (BRASIL, 1998), A partir do posicionamento, cabe enfatizar que o meio social contribui de maneira significativa para a formação integral da criança.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou analisar as garatujas como contribuições necessárias para o início da escrita na criança da Educação Infantil em uma escola do sistema municipal de ensino de Chapadinha – MA. Durante o período de estágio da pré-escola, observou-se que as crianças na fase do garatujar não são compreendidas e acompanhadas adequadamente. Inquietação que fomentou o desejo de continuar a investigar sobre o início da linguagem escrita e a trajetória que a criança tem que percorrer para fazer a aquisição da escrita.

As análises dos dados bibliográficos e dos resultados obtidos na pesquisa de campo apresentaram coerência, teoricamente, uma vez que demonstraram que a Educação Infantil é a base para que a criança inicie seu processo de aprendizagem, o quanto é necessário que o professor tenha formação adequada para atuar na área visando favorecer o desenvolvimento integral da criança. Porém, constatou-se que as crianças que se encontravam na fase da garatuja não tinham acompanhamento, nem eram incentivadas a produzirem seus registros, as atividades eram expostas no quadro e xerocopiadas para cobrir os pontilhados ou desenhos prontos. Muitas crianças se sobressaiam, já conseguiam reproduzir letras, outras não tinham habilidades para com as letras, por esse motivo sentiam-se desmotivadas.

Nessa perspectiva, aponta-se a necessidade dos professores de valorizarem a espontaneidade das criações e a singularidade da criança com atividades que estimulam a criatividade e desenvolvam a escrita de forma adequada, respeitando suas fases de desenvolvimento, utilizando-se de atividades lúdicas, envolvendo letras e aulas dinâmicas de acordo com o nível de desenvolvimento da criança.

O estudo apontou, ainda, que as garatujas são essenciais para a aquisição da escrita da criança. São produções espontâneas e significativas, devendo, então, ser compreendidas e valorizadas pelo professor e por todos que fazem parte do contexto familiar e social.

Por fim, reitera-se, que esta pesquisa é de relevância singular, uma vez que se constitui um estudo mais aprofundado sobre as garatujas e a escrita, ou seja, como são construídas e entendidas pela criança. Portanto, considera-se que os objetivos que direcionaram o estudo foram alcançados, ressalta-se, ainda, que os questionamentos apresentados nesta pesquisa não são de caráter definitivo, entretanto, acredita-se o trabalho construído servirá como fonte para outras investigações.

REFERÊNCIAS

- AZENHA, Maria da Graça. **Imagens e Letras**. São Paulo: Ática, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de Outubro de 1988. 46 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. 2 ed. São Paulo: FDT, 2015.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 11. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- CAMPOS, Camila de Torricelli. **O processo de apropriação do desenho à escrita**. São Carlos, São Paulo: 2011. Disponível em: <<https://repositório.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2586/3586.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2015.
- DICIONÁRIO, Aurélio Online Português: Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/garatuja>> Acessado em 30 de Dezembro de 2020.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. São Paulo: Artmed: 1999.
- _____. **O ingresso na escrita e nas culturas do escrito**. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. **Reflexões sobre alfabetização**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GONTIJO, Cláudia Maria. **A escrita infantil**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PIAGET, Jean. e t-al. Piaget. São Paulo: Cedic: [20-?].

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico:** Chapadinha-MA, 2010.

SMOLKA, Ana Luíza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita:** alfabetização como processo discursivo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TRIVÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovinch; LEONTIEV, Alexis. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012.

EMPREENDEDORISMO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

ENTREPRENEURSHIP IN INFORMATION UNITS

Rayssa Cristhália Viana da Silva¹

RESUMO: Análise sobre a visão empreendedora na gestão da Unidade de Informação. O objetivo geral refere-se a identificar aspectos que configurem as práticas empreendedoras em unidades de informação e por específicos: analisar perspectivas que denotem uma visão empreendedora dos bibliotecários; discutir sobre as tendências empreendedoras; enumerar as atitudes empreendedoras como mecanismos de mudança da realidade da Unidade de Informação. Ressalta a importância de empreender, em uma demanda cada vez mais exigente, para atender às necessidades específicas e identificar as principais características empreendedoras que podem ser aplicadas em Unidades de Informação ao ponderar sobre as tendências empreendedoras dos bibliotecários e os possíveis nichos a serem explorados. A pesquisa é caracterizada como bibliográfica, respaldada, respectivamente, na teoria de autores como Salim (2004), Kotler e Keller (2006), Amaral (2007), entre outros. Conclui sobre a importância da prática empreendedora no âmbito da Biblioteconomia para atender as novas demandas, agregando valor aos seus serviços e produtos.

Palavras - chave: Empreendedorismo em Biblioteconomia. Unidades de informação. Gestão.

ABSTRACT: Analysis of the entrepreneurial vision in the management of the Information Unit. The general objective refers to identifying aspects that configure entrepreneurial practices in information units and for specific ones, to analyze perspectives that denote an entrepreneurial vision of librarians; discuss entrepreneurial trends; enumerating entrepreneurial attitudes as mechanisms for changing the reality of the Information Unit. Emphasizes the importance of undertaking, in an increasingly demanding demand, to meet specific needs and identify the main entrepreneurial characteristics that can be applied in Information Units when considering the entrepreneurial trends of librarians and the possible niches to be explored. The research is characterized as bibliographic, supported, respectively, in the theory of authors such as Salim (2004), Kotler and Keller (2006), Amaral (2007), among others. Concludes about the importance of entrepreneurial practice in the scope of Library Science to meet new demands, adding value to its services and products.

Keywords: Entrepreneurship in Library Science. Information units. Management.

¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Bibliotecária da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos, quando se fala em conflitos ou buscas de interesses, sabe-se que, quanto mais dominamos certo conhecimento, nos sobressaímos, ainda mais, em empreitadas diversas. Com o passar do tempo, o poder da informação ganha ainda mais notoriedade, referente ao mercado de trabalho e no cunho político. No que tange ao setor econômico de um país, está ligada diretamente ao crescimento da receita no que se refere às empresas e ao avanço nas tecnologias que, da mesma maneira, geram lucro para a nação.

Com esse ponto de vista, pode-se dizer que, em um ambiente informacional, o trato e a disseminação dessas informações ganham um novo patamar com valor agregado a elas, o diferencial que cada profissional busca. Assim, quando se relaciona alguns traços, inerentes aos gestores visionários, a exemplo do empreendedorismo, nós podemos avaliar, de maneira mais eficaz, esse mercado promissor. A visão de negócio para mover e agregar qualidade, além da busca de um leque de possibilidades, que outrora não foram exploradas, faz com que o profissional da informação expanda o seu trabalho.

Inovar e acompanhar as mudanças externas, que afetam o usuário da informação, é primordial para manter, nesse cenário atual, a qualidade nos serviços e produtos. Essa necessidade se torna ainda maior quando se faz uma análise da visão do profissional da informação, visto que este deve acompanhar essas mudanças como disseminador. Além disso, ter a consciência de seu papel não lhe garante uma vantagem competitiva, principalmente, pelo advento de novos mecanismos de pesquisas em fontes que não são confiáveis.

Nesse panorama, consonante aos meios mais tradicionais de pesquisa – a exemplo das bibliotecas, com os ensejos dos usuários, propiciados pela internet no que se refere à disseminação da informação e a facilidade de pesquisa, com o uso de palavras-chave e recuperação da informação sem o auxílio de um mediador, faz com que haja obstáculos que dificultam a visualização das unidades de informação. Fazer com que as unidades de informação sejam vistas como o meio mais eficiente de pesquisa, devido às informações fidedignas adquiridas nesses locais, é essencial e isso vem com melhorias advindas de mudanças significativas. Logo, para que essa mudança ocorra, deve haver uma quebra no paradigma de que só pode empreender aquele que abre o seu próprio negócio, por parte do profissional da informação.

O empreendedor interno, denominado intraempreendedor, quando bem aproveitado nesses espaços, pode propiciar as ideias e mudanças fundamentais para melhorias significativas e corroborar para a criação de estratégias que visam atrair os usuários, uma vez

que esse é, na maioria das vezes, o idealizador de novos produtos e serviços. Contudo, essa mudança só ocorre quando a organização incentiva e possibilita as oportunidades para a inovação com uma abordagem diferente e mais eficiente do processo de trabalho.

Dessa forma, as práticas empreendedoras podem e devem ser usadas pelo profissional da informação, principalmente, quando esse for analisar as demandas e vislumbrar as possibilidades de seguir caminhos não convencionais. Buscar novas estratégias para um planejamento mais amplo, não só para garantir a rotatividade e visualização da Unidade de Informação, mas para se reinventar, acompanhando os avanços, deve estar presente na prática cotidiana. Para isso, é fundamental um conhecimento mais amplo das demandas e do ambiente inserido – visando a melhor compreensão das possibilidades, oportunidades e ameaças.

Quando se fala nesse setor do mercado, imagina-se, apenas, um segmento (o mercado informacional tradicional), quando, na verdade, ele se ramifica em três tipos: mercado informacional tradicional, mercado existente e não-ocupado e mercado informacional de tendências. Sendo assim, surgiu o interesse de estudar como o empreendedorismo contribui para a prática profissional no setor da informação e como esta temática é abordada pelo mesmo. Os nichos¹ são diversificados, assim como os problemas, que carecem de uma resolução, enfrentados cada um.

Com base na assertiva acerca de segmentos, pode-se apontar, logo nesse primeiro momento, o viés dessa pesquisa: mercado informacional de tendências, pois tem como ênfase o empreendedorismo em unidades de informação com o intuito de abertura de novos negócios e o desbravamento de novos mercados. Nesse ponto, é analisada a visão empreendedora do profissional da informação, a formação, as Instituições de Ensino Superior concernentes ao ensino de empreendedorismo e as possibilidades de negócios, tendo como insumo a informação.

Com base nessas discussões, questiona-se: como o empreendedorismo pode contribuir para a prática biblioteconômica? Para responder a essa questão, o objetivo geral deste trabalho consiste em identificar, aspectos que configurem as práticas empreendedoras dos bibliotecários em unidades de informação. E por objetivos específicos:

¹ Nicho de mercado é um segmento ou uma área específica de mercado onde há uma oportunidade que passou a ser explorada de forma dominante e muito lucrativa por uma empresa, em função de dispor de vantagens competitivas originadas de uma estratégia de marketing, que faz uso de suas potencialidades e cujas bases estão voltadas à especialização e a um contínuo enfoque na diferenciação, de modo que o posicionamento de seu produto detenha uma imagem singular, criando um relacionamento forte com seus clientes, difícil de ser quebrado pela concorrência. (MATTAR; AUAD, 1997, não paginado).

- a) analisar perspectivas que denotem uma visão empreendedora dos bibliotecários;
- b) discutir sobre as tendências empreendedoras;
- c) enumerar as atitudes empreendedoras como mecanismos de mudança da realidade da Unidade de Informação.

Nesse contexto, surgiu o interesse de conhecer melhor as tendências empreendedoras e como estas são abordadas pelos bibliotecários. À vista disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Para levantamento de literatura sobre o tema, pesquisou-se o acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), bases de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e sua Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Google Acadêmico.

O trabalho está estruturado em três seções: a introdução, empreendedorismo em unidades de informação e a conclusão. Na seção “empreendedorismo em unidades de informação”, aborda o tema com foco no setor da informação e como ocorre a gestão dessas unidades pautadas nessas diretrizes e na “conclusão” são tecidos comentários da análise, com base no referencial teórico, e contribuições para o tema.

2 EMPREENDEDORISMO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

A informação está ligada à relação de poder, desde o princípio da interação em sociedade – de estratégia de guerra à manipulação de massas. Na contemporaneidade, no que se refere a essa relação, é possível perceber a importância da informação – tanto na questão política, quanto tecnológica e comportamental. Sendo assim, é possível afirmar que o fluxo de informação é vital para o crescimento de um país (AMARAL, 2007), pois, quanto mais disseminada – de maneira benéfica e, assim, tendo algum valor agregado a essa – mais evoluída a pátria se torna devido à geração de conhecimento.

Amaral (1998, p. 17) aduz que:

A informação é um fator imprescindível para impulsionar o desenvolvimento da sociedade, constituindo-se em um insumo de fundamental importância de geração de conhecimento que, por sua vez, possibilitará de modo eficiente a satisfação das diversas demandas da população.

Posto isso, fica mais claro o seu caráter social e econômico, ao entrar em um mercado em que o acesso e uso de informação impulsiona a economia. Silveira e Cruz Júnior (2011, p. 187) ressaltam que “[...] A busca pela constante atualização do rol de produtos e serviços é um fator relevante de sucesso empresarial, na medida em que favorece a manutenção e até a

ampliação de sua participação no mercado [...]”. Dessa maneira, esta toma um caráter diferenciado ao que se está habituado.

A informação elevada ao status de mercadoria é indispensável que haja um mecanismo de gerenciamento para que possa, assim, passar para o setor comercial (AMARAL, 2007). No momento em que se entende a informação como um fator preponderante para o crescimento das indústrias e a agregação de valor aos recursos usados por essas, pode-se ver maneiras de empreender nessa área.

A literatura oferece um leque de possibilidades para um planejamento estratégico. Dessa maneira, pautado nas considerações acerca do empreendedorismo e como esse contribui para que haja a inovação em serviços e produtos, seja de maneira interna ou externa, visa-se entender como se caracteriza as práticas empreendedoras em profissionais da informação no que tange a satisfação do usuário em unidades de informação.

Para isso, como ressaltado pelos teóricos na área, como Kotler e Keller (2006) a ferramenta mais indicada é o estudo de demandas. Embora os teóricos tratem da criação de negócios e, conseqüentemente, envolvem pecúnia, vale aditar que, esse mecanismo se expande em diversos setores, pois não se limita à apenas uma área. Amaral (2007) resalta que essa avaliação, voltada para uma ferramenta importante, como o marketing, requer bom senso para avaliar a necessidade do cliente e traçar as melhores estratégias pautadas em um planejamento eficaz dos produtos e serviços.

Esse estudo é fundamental para dar base ao planejamento, que ocorre de maneira paulatina e deve ser feita com certa periodicidade, aperfeiçoado para que não estagne e cumpra o proposto de maneira eficiente. Uma vez que o nicho, que necessita de serviços e produtos informacionais, possui uma rotatividade grande de clientes e, além disso, uma obsolescência quanto ao produto – as descobertas e redescobertas científicas – estar sempre em busca da satisfação do cliente é primordial. Não obstante, saber imprimir a sua marca nos serviços e produtos, agregando valor à informação disseminada, é um desafio que o profissional deve saber vencer.

Encontrar um *modus operandi*, no processo de trabalho, que consiga contemplar todo o propósito colocado e que seja capaz de dar o *feedback* do ponto de vista do usuário, para futuras melhorias, requer mecanismos que dispõem uma atenção maior do gestor. Para proporcionar as bases para esse projeto, o uso do plano operacional é fundamental. Nesse ponto, o marketing entra como norteador, por contemplar cada etapa do processo: produto (o que o cliente quer), o preço (qual o valor do produto), praça (onde o produto é procurado) e promoção (como, quando e para quem promover o produto). Ele consegue integrar as

metodologias e instrumentos, além de técnicas, do mercado em movimento – ou mercado de ação (AMARAL, 2007).

Assim, ao tratar-se de estudo de demandas, na área da informação, para novos empreendimentos, é preciso uma visão ampla de negócio e comprometimento, para correr riscos calculados e instaurar mudanças. Com essa informação, e todos os obstáculos enfrentados pelos profissionais da área, é imprescindível uma análise da temática empreendedorismo na Biblioteconomia.

Em um mundo cada vez mais globalizado, com fluxo de intercâmbio de informação crescente, as organizações que oferecem serviços nesse âmbito necessitam de esforços ainda maiores para gerar inovação, para manter a vantagem competitiva (LONGO, 2007), que serão propostas com base no uso de competências adquiridas continuamente pelo profissional da informação. Por sua versatilidade e autonomia, o profissional da informação possui competências para ingressar em novos projetos, entretanto, no Brasil, é notória a ausência de negócios voltados para a informação (SPUDEIT, 2016).

Apesar de toda a problemática enfrentada por esse tipo de mercado, com os mecanismos e planejamentos certos, as barreiras enfrentadas podem ser transpostas e a excelência nos serviços e produtos, assim como o sucesso do negócio, torna-se uma realidade. Outrossim, é fundamental saber o que cada gestor precisa fazer para alcançar a excelência nesses ambientes. Duarte, Silva e Costa (2007, p. 105) afirmam que eles precisam:

[...] a) planejar sistemas de informação gerencial que possibilite agilidade, divulgação, controle dos serviços meios e fins; b) manter as pessoas informadas intensificando a comunicação interna por meio de documentos impressos, recursos eletrônicos e de forma presencial visando divulgar as decisões de nível estratégico; c) intensificar as reuniões para identificar os problemas e buscar soluções em equipe, promovendo a gestão participativa e incentivando a criatividade de idéias [...]

Uma análise interna e externa de uma organização é o primeiro passo para um conhecimento mais profundo dos pontos fortes e os pontos fracos, que necessitam de transformação. Essa estratégia é bastante pertinente ao âmbito informacional, principalmente para que mude a sua visão e amplie o mercado de trabalho, atraia mais usuários e, conseqüentemente, a sua satisfação.

A criatividade e a ação é o que diferencia um empreendedor de outros profissionais. À vista disso, ainda nas palavras de Amaral (1998), o profissional que usa, dentro de suas habilidades e competências, a criatividade para pró-agir às demandas informacionais do nicho, terá mais eficácia. Para isso, o profissional da informação precisa ter um engajamento político e estar sempre atento às mudanças. Com isso, não perderá o seu lugar no seu campo de atuação.

Os ensejos do mercado atual necessitam de uma postura mais proativa, diante dos desafios apresentados. Não basta mais possibilitar o acesso, visando apenas à localização do documento, mas oferecer um diferencial, como, por exemplo, fontes diferentes para dar profundidade à pesquisa, para auxiliar na construção do conhecimento das pessoas. Para isso, além de propiciar a disseminação, o profissional agrega qualidade à informação (precisão e fidedignidade) concedida ao usuário – e é aí que a postura empreendedora entra em ação.

Dessa forma, ao contrário do paradigma de que só é empreendedor quem abre o seu próprio negócio, é possível, sim, ter atitudes empreendedoras na Unidade de Informação. O produto dessas organizações não deve ser tratado como mero bem de consumo, mas com todo o peso que esse confere aos setores econômico, político e social. Ademais, nesse âmbito, isso inclui, também, a sua produção, disseminação e automação. Pensar em estratégias para gerir um produto que não tem o seu valor mensurável de forma tão precisa, para que alcance a sua posição e reconhecimento dentro do mercado, é uma imprescindibilidade que, muitas vezes, não recebe a atenção devida dos gestores dessa organização.

Botelho, Baptista e Amaral (1994 apud AMARAL, 1998, p. 30, grifo do autor) apontam que:

A informação deve ser estruturada como fator essencial que permite o *salto* para a verdadeira transformação da sociedade. O conceito de informação evoluirá a (sic) medida que evoluir o conceito de consciência coletiva da sociedade. Isto porque, quando uma sociedade evolui, ocorre a transformação advinda da mudança de foco em relação aos fatores de produção e desenvolvimento econômico. A base dessa transformação é que o setor de informação, onde se inserem as unidades de informação, é intensivo em conhecimento ou do segmento tecnológico é progressivamente mais importante e incorporado ao bem, provocando a transformação industrial da matéria-prima pelo valor agregado.

Com base nisso, pode-se aditar que, sem informação, não há possibilidade de empreender ou intentar qualquer que seja a atividade. O profissional da informação tem em mente o seu papel nesse cenário, isso é, de agente de transformação do seu meio, é o primeiro passo para as mudanças necessárias nesses ambientes informacionais. Isso implica dizer que esse profissional deve ousar e colocar em ação suas habilidades, além de alguns traços fundamentais, como a criatividade, inovação, liderança e vontade de fazer acontecer. Vale ressaltar que as mudanças e estratégias devem sair do mundo das ideias e passar para o plano físico, no seu cotidiano, mediante ações planejadas, visando sempre melhorias.

Para tais feitos, existem alguns métodos nas teorias práticas da Administração – dentre estes, o intraempreendedorismo. Esse é uma prática adotada por muitas empresas e pode ser incorporado na realidade das Unidades de Informação. Segundo Alves e Davok (2009, p. 314), “O intraempreendedor é um empreendedor interno que tem liberdade para inovar ou

criar novos produtos ou serviços através do incentivo e das oportunidades dadas pela empresa em que trabalha.”. Conhecer a instituição em que atua, a sua cultura organizacional, assim como a demanda a quem presta serviços é de suma importância para uma postura proativa e tomada de decisões.

Com isso, o profissional da informação possui uma noção mais ampla da dimensão de seu campo e da Unidade de Informação em que trabalha. Ademais, um agente de mudanças com competências específicas para o gerenciamento de recursos, deve ter uma postura mais firme diante das adversidades que pode enfrentar. Desse modo, para exercer o seu papel de mediador da informação, de maneira eficiente e eficaz, é premente que este tome ciência de que:

O empreendedorismo nos diversos ambientes da informação (arquivos e bibliotecas), seja nos grandes centros ou no interior, proporcionará mudanças nestes espaços de ação. Seja com a implantação de novas unidades de informação ou com desenvolvimento de projetos de inovação destas. (BERNARDES; BLATTMAN, 2011, p. 105-106).

Para uma administração empreendedora, o gestor de uma organização precisa, primeiramente, possuir algumas competências. Dentre elas pode-se citar:

Quadro 1 – Competências para gerir

Competências	
Inovação	Recursos para gerir, de forma criativa, novos serviços e produtos que satisfaçam a necessidade de cada consulente, visando novas técnicas para expandir o alcance da unidade de informação.
Comunicação persuasiva	Buscar boas relações, de forma estratégica, com fornecedores e clientes (internos e externos) para traduzir e satisfazer as necessidades de cada usuário.
Negociação e capacidade de aprendizagem	Avaliar e propor serviços e produtos e, também, aprender novas ferramentas no trato da informação para o crescimento da UI.
Habilidades para pesquisa e utilização de recursos	Estar familiarizado com as diversas fontes de informação. Só assim é possível estabelecer a estratégia que melhor se adéqua à realidade da organização.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Chiavenato (2012).

Entender o comportamento das pessoas com as quais se relacionará, seja no ambiente interno, seja no externo, influirá diretamente no envolvimento do bibliotecário e na sua postura mais proativa. Isso se torna ainda mais evidente quando Amaral (1998, p. 36) ressalta que “O consumo de informação com valor agregado, seu reprocessamento e re-empacotamento são aspectos que devem ser melhor explorados pelos profissionais da informação, responsáveis pela oferta a prestação de serviços informacionais.” Isso quer dizer que são preceitos: interpretar as necessidades dos usuários, prezar a qualidade no atendimento

e a interação com a comunidade atendida, ter maturidade para ouvir críticas e usá-las de maneira benéfica, visando aprimorar os serviços e produtos para atender a demanda.

Não obstante, a literatura de Chiavenato (2004) oferece modelos para elaborar as estratégias para manter a competitividade. Entretanto, embora os estudos apontem métodos e estratégias, não existe uma fórmula pronta para o sucesso. Por isso, é primordial que haja uma avaliação e, dentro desse leque de possibilidades, encontrar uma que esteja consonante à missão e visão da unidade de informação. Conhecer os ambientes – internos e externos – é o primeiro passo para estabelecer os planos de ação para sanar os pontos conflitantes. Para obter tais dados, Porter (apud SALIM et al., 2004) indica cinco forças competitivas que nos permite analisar a atratividade de setores determinados:

Figura 1 – Cinco Forças de Porter



Fonte: Nascimento (2011, não paginado).

As cinco forças consistem em cinco microambientes – como um fator integrante do macroambiente – que são estudados para elaborar uma estratégia eficiente. Com esse panorama, o empreendedor consegue ter uma visão melhor de como a concorrência se comporta e, assim, obtém dados mais precisos de como servir os seus clientes. A rivalidade entre concorrentes é a que possui mais relevância dentre as cinco, pois é onde avaliamos outras organizações que oferecem o mesmo serviço, de forma mais direta.

Apesar de ser voltado para organizações com fins lucrativos, pode ser aplicado no âmbito informacional devido à perspectiva, proporcionada pelo modelo, para a posição da Unidade de Informação no mercado em que atua. Isto propicia recursos para dar suporte a inovações fortuitas. Não obstante, estes possibilitam, da mesma maneira, o aproveitamento de

potenciais métodos de captação e recuperação de informação, principalmente no que concerne a tecnologias.

Outro modelo que pode ser adotado é a análise SWOT, composta pelas palavras *Strengths* (Força), *Weaknesses* (Fraqueza), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças): SWOT. É nessa matriz que analisamos os ambientes internos (forças e fraquezas) e externos (ameaças e oportunidades), para ter os parâmetros que levam às resoluções. Além disso, serve como alicerce para mapear o passo a passo para diagnosticar as mudanças necessárias e, assim, auxiliar na tomada de decisão.

Avaliar a organização, o mercado e os concorrentes ajudam a sair de situações incertas – presentes e futuras – (AMARAL, 2007) e proporciona ferramentas para criar estratégias visando à resolução de problema e evitar possíveis transtornos. Em relação às bibliotecas, avaliar os porquês do afastamento do usuário, por exemplo, o que propicia o *feedback*, levantamentos de dados para os aprimoramentos nos serviços e produtos. Estes modelos são ferramentas usadas para manter a vantagem competitiva e são imprescindíveis ao profissional da informação, pois permitem:

Identificar o novo perfil do consumidor, buscando produtos que propiciem vantagens sobre a concorrência, criando e mantendo serviços personalizados aos usuários. Descobrir o modelo ideal na promoção de produtos e serviços oferecidos, aprimorar o relacionamento com a clientela e estabelecer parcerias com a comunidade, governo, órgãos de classe, agências de fomento e empresas privadas em geral [...] investindo em controles para aprimorar o desempenho da equipe, no gerenciamento de pessoas e das metodologias de trabalho, o profissional da informação é moldado e atualizado para o bom atendimento ao público. (PÓVOAS; SILVA, 2013, p. 4).

Conhecer os ambientes interno e externo proporciona, ao gestor, base para adequar o ambiente de informação e, conseqüentemente, traçar estratégias e planos de ação para corrigir falhas. Assim, na UI, não só o estudo de usuário, que já é um aliado importante, deve ser usado, mas uma avaliação global do nicho em que está inserida. Isto se dá não só para a satisfação da necessidade dos envolvidos, mas, também, para elaborar melhores estratégias para uma gestão empreendedora no ambiente informacional.

2.1 Empreendedorismo na gestão de Unidades de Informação

A premência de organizar estabelecimentos ganhou força após a revolução industrial (LAS CASAS, 2008). Para alcançar propósitos comuns, faz-se *mister* unir pessoas com o intuito de identificar e corrigir problemas que não existiam antes. Essas ações, com grande impacto, corroboraram para o surgimento da ciência administrativa. Nesse ambiente, podem-se ressaltar alguns pontos cruciais para satisfazer tais carências organizacionais. Dentre essas,

a forma como a relação entre essas pessoas acontecem, utilizando os recursos disponíveis: a gestão.

As obras que versam acerca dessa temática, apontam diversos modelos de gestão e, como dito anteriormente, cabe ao administrador escolher o modelo que se adequa a missão e visão da organização em que trabalha. Este processo não deve acontecer de forma arbitrária, portanto, para isso, as ferramentas oferecidas, nesses modelos, deve ser o meio em que toda a análise deve ser posta em prática, como meio estratégico para nortear o processo.

Dito isso, pode-se salientar que:

Quando consideradas em um todo integrado, as funções administrativas formam o processo administrativo. De um modo geral, aceita-se hoje o planejamento, a organização, a direção e o controle como as funções básicas do administrador. Essas quatro funções básicas — planejar, organizar, dirigir e controlar — constituem o chamado processo administrativo [...] As funções do administrador que formam o processo administrativo são mais do que uma seqüência cíclica, pois elas estão intimamente relacionadas em uma interação dinâmica. (CHIAVENATO, 2004, p. 137).

Como ressaltado, as funções administrativas possuem uma estrutura e se divide em quatro: planejamento, organização, direção e controle. A primeira etapa serve de base para as demais funções, pois define quais os objetivos e qual a metodologia usada para que este seja alcançado. Nessa etapa, é definido onde, o que, como e de que forma o processo deve ser feito. Salim *et al.* (2004, p. 128) afirma que:

O planejamento organizacional envolve identificar, documentar e designar os papéis, as responsabilidades e os relacionamentos de reporte, formais ou não, entre as diversas funções e pessoas no empreendimento. Significa estabelecer linhas de comunicação entre o pessoal administrativo e técnico.

A fase de planejamento requer uma atenção dobrada. Quando bem elaborado, o planejamento propicia os meios mais eficazes para calcular os riscos e passar para o segundo nível. A fase de organização pode ter significados diferentes, dependendo do que o idealizador pensou para a sua empresa. Ela pode ser a entidade social – constituído por pessoas que desempenham o seu papel, estruturada para alcançar as metas propostas. Ainda nessa linha de pensamento, ela se divide em duas partes: formal (que segue o organograma institucional, com divisão de trabalho pré-definida) e informal (relacionamento interpessoal entre os colaboradores dentro da organização formal) (CHIAVENATO, 2004).

Outra forma de conceituar organização é sob a perspectiva da função administrativa. Chiavenato (2004, p. 142) afirma que: “Nesse sentido, organização significa o ato de organizar, estruturar e integrar os recursos e os órgãos incumbidos de sua administração e estabelecer suas atribuições e relações entre eles.”. Ou seja, torna-se parte integrante do processo administrativo.

A terceira etapa – direção – é voltada para a ação e envolve diretamente as pessoas, em um processo dinâmico na atuação dos seus cargos e funções. Para isso, os colaboradores devem ser treinados, motivados e guiados para alcançar os objetivos propostos. A direção pode acontecer em três níveis: global ou estratégico (a organização como um todo), departamental ou gerencial (dentro de cada unidade) e operacional ou supervisão (em cada grupo de pessoa) (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

Por último, vem o controle, que serve para estabelecer critérios, monitorar o desempenho para ajustar as operações e comparar o desempenho dos colaboradores com o padrão estabelecido. Avalia os erros e as variáveis, para que não se afaste do que é considerado normal e mantenha a qualidade do produto ou serviço oferecido, em qualquer tipo de empresa, inclusive em organizações sem fins lucrativos, como as Unidades de Informação. Ramos (1996, não paginado) fala que:

O sucesso de um empreendimento, qualquer empreendimento, começa por sua correta organização. É também o primeiro passo para assegurar a qualidade e a produtividade na produção de bens e serviços. Ao se iniciar uma nova unidade ou revitalizar e redefinir suas funções, a questão da organização merece uma atenção especial do gestor. Afinal, além de planejar todo o trabalho a ser realizado, a organização trata da mobilização e do controle dos recursos a serem utilizados.

Para que haja a organização, é necessário planejar. O planejamento estratégico de uma organização segue alguns parâmetros ou dimensões, como proposto por Steiner (1969), ao dividi-las em cinco aspectos básicos: o primeiro refere-se ao tema: pesquisa, produção, finanças, produtos novos, instalações, recursos humanos, marketing e outros. O segundo está atrelado aos elementos do planejamento, entre as quais podem ser elencados propósitos, políticas, estratégicas, programas, objetivos, orçamentos, procedimentos e normas. O posterior condiz ao tempo de planejamento (curto, médio ou longo prazo) (FIGUEIREDO, 2009).

A penúltima concerne às organizações onde o planejamento é elaborado e, assim, segue a diretriz de acordo com o tipo – planejamento de grupos funcionais, planejamento corporativo, de divisões, de produtos, de unidades estratégicas de negócios, de subsidiárias, de departamentos. Por último, a correspondente às características, concernente à quantidade ou qualidade, estratégico ou tático, econômico ou caro, confidencial ou público, formal ou informal, complexo ou simples.

Como dito, para a gestão, deve-se conhecer, também, os ambientes externos. Avaliar as demandas dá ao empreendedor uma perspectiva de mercado. Este escolherá, de acordo com os dados colhidos, a que mais se encaixa com o tipo de negócio que pretende abrir ou gerir. Ademais, tal análise proporciona os subterfúgios para elaborar um plano de ação, eficaz, visto

que isto proporciona uma organização, construção para que a demanda seja mantida ou, em alguns casos, revitalizada (AMARAL, 1998).

Após esse estudo e elaboração dos serviços e produtos pensados para atender ao público alvo, o próximo passo é pensar em estratégias eficazes para o repasse desses serviços e produtos. Outrossim, é imprescindível que o ambiente informacional desempenhe bem as funções fundamentais de uma organização. Gerir bem os recursos – humanos, físicos e tecnológicos – é o primeiro passo para o sucesso. Após a definição dos planos (estratégico e operacional) e a alocação de recursos (físicos, informativos, tecnológicos e humanos), o bibliotecário deve seguir algumas diretrizes para que possa colocar em prática o que foi estabelecido, de maneira que tenha um retorno mais vantajoso.

Para isto, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) (KOONTZ; GUBBIN, 2013) disponibiliza um guia para as bibliotecas públicas, mas que pode ser analisado com atenção pelo profissional da informação que pretende empreender na UI. No guia são elencadas sugestões fundamentais, tais como: liderança e motivação, manutenção de um efetivo relacionamento com os organismos de tutela e financiadores, planejamento e definição de políticas, criação e manutenção de redes com outras organizações, gestão e negociação orçamental, gestão de recursos de biblioteca, gestão de pessoal, planejamento e implementação de sistemas de biblioteca, gestão da mudança, marketing e promoção, contatos e ações de lóbi junto da comunidade e angariação de fundos a partir de fontes alternativas.

Para colocar em prática tais diretrizes, é necessário um clima organizacional agradável. Sendo assim, liderar e motivar os colaboradores por meio da satisfação profissional, é basilar para o crescimento e bom funcionamento da Unidade de Informação. O gestor deve ser o primeiro a trazer vitalidade ao ambiente informacional. Saber dialogar e ter um bom relacionamento com a equipe também é imprescindível. Um líder busca a excelência através do exemplo e não por imposições. O relacionamento deve se estender, também, aos órgãos de tutela. Estreitar laços e mostrar os benefícios trazidos pelo financiamento granjeará novos recursos para melhorias futuras. A definição de políticas deve estar voltada à comunidade que o ambiente informacional está inserido.

Koontz e Gubbin (2013, p. 76) falam que:

O estabelecimento dos fins da biblioteca[...], de objetivos de curto e longo prazo, de estratégias e de avaliação de desempenho é necessário para garantir a prestação de um serviço de biblioteca equitativo, eficaz e eficiente, que seja acessível a todos os setores da comunidade. O planejamento estratégico e operacional requer formulação, documentação e adoção.

O planejamento é fundamental para a saúde de uma organização, visto que, nesse momento, todas as ações que serão executadas serão descritas, a curto, médio e longo prazo. No que se refere ao operacional, deve-se designar funções para que as atividades do planejamento estratégico sejam aplicadas. Para isso, a biblioteca deve aperfeiçoar a Gestão Financeira. Buscar novas fontes de financiamento, elaborar planos estratégicos, a longo prazo, para dispor de fundos em casos de melhorias. Além disso, deve usufruir de verba para investir em recursos tecnológicos e humanos para aumentar a eficiência e eficácia, pensar em *softwares* que se adequem à situação real da biblioteca.

Ao gerir bem o fluxo de caixa com entrada (receita) e saída (despesas) de verba para operações, financiamentos ou investimento é possível criar um controle de gastos que evitará eventuais transtornos (insuficiências ou excessos). É neste momento que deve entrar a visão de negócio, além de um planejamento eficaz, para manter a saúde da organização. Koontz e Gubbin (2013, p. 78) ressaltam que:

Uma das parcelas mais significativas do orçamento da biblioteca é relativa a despesas com fundos documentais e serviços. O gestor da biblioteca deve garantir que estas verbas são gastas corretamente e de acordo com as prioridades estabelecidas, e deve assegurar que os materiais e serviços são mantidos e disponibilizados de forma a beneficiar ao máximo o consulente da biblioteca.

Com todas essas competências, tais como avaliar o ambiente e calcular riscos, o bibliotecário tem mecanismos para administrar, passando pelos quatro passos (planejar, organizar, dirigir e controlar) com primazia, levando a Unidade ao crescimento com eficiência. Agregar valor e qualidade ao ambiente informacional, como processo modificador, proporciona a diferenciação nos serviços e produtos, o que levará a uma vantagem competitiva. Isto atrairá novos clientes e garantirá o retorno dos que ainda não são habituais. Tal comportamento pode ser garantido, principalmente, com a incorporação de uma estratégia de marketing bem estruturada.

A ausência desses fatores, no ambiente informacional, pode incorrer em algum tipo de estagnação e, até mesmo, desvalorização da UI, como fonte de informação e transformação social e científica. Logo, é crucial, diante das mudanças frequentes do mundo globalizado, que as bibliotecas, organizações sem fins lucrativos, possam adequar-se a este novo cenário, otimizando o seu principal produto: a informação. A fim de satisfazer os seus clientes (usuários reais e potenciais), por meio da diversificação dos serviços, utilizar-se da filosofia proposta por uma gestão eficaz é essencial. Uma vez que esta pode contribuir para tornar a biblioteca um ambiente mais atraente e eliminar o estereótipo de um local estigmatizado como guardião de livros (CASTRO, 2000).

Em contrapartida, o aumento das informações disseminadas em redes sociais e outras fontes não confiáveis tem se tornado um fator que afasta muitos consultores (RAMOS, 1996). Sendo assim, para que a biblioteca possa competir, de forma igualada aos outros recursos informacionais disponíveis na internet, o bibliotecário, como gestor responsável por esta organização, precisa perceber os possíveis potenciais. Identificar oportunidades e clientes, interpretando suas necessidades para adequação de serviços e produtos, além de fazer análise da concorrência. O sucesso da empresa depende de suas estratégias, visto que não haverá razão para todas as operações desta, sem que haja um público-alvo que lhe dê retorno. Logo, uma tática bem estudada, que seja bem-sucedida, requer, primeiramente, a definição da missão da empresa e de seus clientes.

Em conformidade com a Unidade de Informação, o público poderá ser geral ou especializado, de modo que isso orientará a definição da missão, no entanto o negócio será sempre a disseminação da informação. O empreendedor, nessa ocasião, deve se pautar em uma das ferramentas mais eficientes, o marketing, para executar tal tarefa. Para Kotler e Keller (2006, p. 4), “O marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais.”. A partir dessa definição podemos inferir que deve haver uma análise das necessidades e tendências da sociedade para que a empresa possa atendê-las.

Ainda com o pensamento de tentar definir marketing, de acordo com Boone e Kurtz (2009), este é conceituado como processo de planejamento e execução de visão, precificação, promoção e distribuição de ideias, serviços, produtos, organizações e eventos a fim de gerar e sustentar as relações que atenderão os objetivos individuais e organizacionais. Para as organizações, o marketing possibilita a investigação de mercado, que fornece informações sobre os desejos e necessidades da sociedade. Destarte, isso acarreta serviços fornecidos por instituições de acordo com as carências de seus clientes. Pode-se dizer que este foi planejado para encantar e manter o cliente, relacionado às trocas contínuas de bens e serviços entre as partes interessadas: a organização e o cliente.

Portanto, a partir destes conceitos é notório que o foco está na satisfação do cliente/consumidor, assim como o empreendedorismo. A Unidade de Informação, como organização que tem por finalidade disseminar a informação contida em seu espaço e fora dele, utilizando recursos tecnológicos que permitem a recuperação da informação, deve, assim, empregar essas medidas no seu dia a dia. Isso se dá para que possa ter um norte em seu *modus operandi*. Embora haja uma preocupação em estudar o usuário, no primeiro momento, este processo deve ser contínuo para que a unidade possa acompanhar as mudanças na demanda e empreender, seja qual for a expectativa desse nicho.

Sendo assim, pode-se afirmar que as Unidades de Informação são, ou deveriam ser, profissionalmente organizadas para a disseminação de serviços e produtos de informação, caracterizando-se, desse modo, como organizações. Como tal, possui fornecedores, técnicas próprias e, principalmente, usuários, ou seja, o público-alvo. Este pode ser geral ou especializado, individual ou coletivo. O bibliotecário com ações empreendedoras, ao ter esse discernimento, pode expandir a sua unidade de informação para que possa executar, com eficiência, o seu papel dentro da comunidade em que está inserido.

Contudo, vale ressaltar que isso não se limita às bibliotecas. A informação, hoje, tornou-se um recurso fundamental e essencial para as empresas em geral, consistindo na base da tomada de decisões institucionais. Em outras palavras, o valor agregado a esse produto, pode estipular quem tem o controle sobre o mercado, assim como outras formas de poder, acerca da política, sociedade e mercado em geral. As Unidades de Informação devem, então, munir-se de ferramentas para que possam atender ao público da melhor maneira possível.

Por essa razão, Ramos (1996, p. 2) disserta que “O negócio das unidades de informação é, portanto, o de disseminar informações precisas e prestar correta assistência a empresas [...]” e às demais pessoas que precisam de informação. Seus esforços devem estar voltados para os serviços e produtos informacionais, o que reforça ainda mais a sua função. Contudo, vale ressaltar que, para manter a sua vantagem competitiva diante das outras empresas que oferecem serviços similares, é agregar valor à essa informação – seja na precisão e rapidez, como outros mecanismos para a geração de conhecimento.

O retorno às UI não é financeiro, uma vez que são instituições sem fins lucrativos. Essas organizações destinam-se a suprir as necessidades informacionais dos indivíduos, e, portanto, este se dá pela satisfação do cliente/usuário. O mesmo cuidado com o trato de elaboração das estratégias deve ser tomado. O crescimento intelectual impacta, diretamente, nas questões sociais e econômicas do país – dando uma qualidade de vida melhor e mais lucro, assim como melhorias.

No contexto social em que estamos inseridos, isto é, na Era Digital, a internet e outras fontes de informação alternativas têm sido preferidas pelos usuários para satisfação de suas necessidades informacionais. Cabe às Unidades de Informação a elaboração de estratégias para atrair o cliente, compreendendo suas demandas e fazendo uso dos recursos informacionais disponíveis. Nessa conjuntura de mudanças sociais e tecnológicas, as Unidades de Informação se posicionam como empresas que disseminam e trabalham com informação em qualquer meio ou suporte disponível. Estes ambientes informacionais

precisam, por meio de seus conhecimentos, técnicas e métodos, atrair os usuários, trazendo benefícios a eles e a si mesmos.

Em meio a essas transformações e ameaças, a reflexão sobre a questão da sua sobrevivência é indispensável. Atitudes empreendedoras, bem calculadas, devem alicerçar a tomada de decisão e, assim, contribui para a melhoria das Unidades Informacionais. Inovar em seus métodos, com base no estudo das demandas dos clientes, são peças chave na elaboração e disseminação desses serviços e produtos, como ressaltado. Corroborando para essa afirmação, Silva (1999, p. 2) diz que essa estratégia auxilia para o “[...] conhecimento das demandas, destinado a tornar-se um instrumento de apoio às decisões das organizações para que essas se adaptem às exigências do mercado.”.

Assim, a adequação dessas ferramentas às UI pode representar um suporte aos profissionais, pois abrange aspectos empreendedores, de gestão e de qualidade, primando sempre o contentamento do público-alvo. Este permite a concepção de uma filosofia de gestão administrativa, para tanto, parte do seu empenho está pautado em prover os serviços e produtos de informação de modo eficiente e que satisfaça quem os utiliza, entretanto, nem sempre o gestor possui essa visão de maneira tão clara.

Muitos são os fatores que influenciam a resistência à aplicação das ações empreendedoras nas Unidades de Informação. Parte da literatura, tomada como base para este trabalho, a exemplo de Chiavenato (2014), afirma que um destes é a ideia de que só empreende aquele que abre o seu próprio negócio ou que sua aplicação está, somente, envolvida quando há interesses financeiros. Este pensamento é um equívoco, uma vez que o lucro não está atrelado apenas à questão financeira, mas enfoca, também, na satisfação do cliente. Essa última questão está, principalmente, atrelada ao fator de que deve-se manter o produto no mercado e, ainda mais, ter um alcance ainda maior de compradores.

Sendo assim, a adoção desse conjunto de atitudes, em bibliotecas, é válido por ser uma prática necessária para otimização dos produtos e serviços desenvolvidos por estas UI, por meio das estratégias que este disponibiliza. Com isso, o gestor pode ter uma noção de que o produto que está oferecendo é o melhor para atender a determinada demanda e, assim, manter um fluxo maior de usuários. Caso contrário, o responsável pode analisar os pontos que carecem de melhorias e aprimoramentos. Os autores são unânimes em destacar a inovação como uma característica intrínseca ao empreendedorismo e, nesse momento específico, é onde é posta em prática com maior significância.

Trazendo este conceito para a Unidade de Informação, temos então que o produto que é oferecido por esta organização sem fins lucrativos é a própria informação contida em sua

estrutura: livros, material de referência e audiovisual, periódicos, bases de dados, e-books, número de funcionários, ambiente de qualidade entre outros. Do mesmo modo, não se esquecendo dos serviços que a mesma oferece, pois estes não deixam de ser, também, um produto que a UI proporciona aos usuários. Sendo assim, os produtos das UI, bem como seus serviços, devem ser especificamente delineados.

Uma Unidade de Informação que oferece serviços e produtos equivocados não cumpre seu papel social de fomento ao conhecimento e à educação. Dessa forma, os produtos precisam ser planejados de acordo com uma base conceitual para defini-los. O estudo de usuário possibilita essa base conceitual para formação de coleções e também para os processamentos que possibilitam a recuperação da informação. É preciso lembrar que:

Com as mudanças tecnológicas, sociais, financeiras e outras do meio ambiente que cerca a unidade da informação, é necessário lembrar que esses produtos têm um ciclo de vida e que deverão, depois de certo período, ser reformulados, a partir de dados fornecidos pelos usuários. (BAPTISTA; COSTA; VIANA NETA, 2009, p. 91).

Logo, estes devem possuir, acima de tudo, qualidade (fidedignidade e precisão). Esta é um fator primordial na produção e disseminação dos produtos de toda e qualquer empresa. Cobra (1992 apud STEFFEN, 2009) vai defender que a qualidade envolve ações eficientes de marcas, modelos, estilos, embalagens, tamanho e quantias adequadas ao cliente. Ter essa percepção apurada envolve uma dedicação extra, pois não basta ter esse conhecimento, tem que ser posto em prática. No caso das UI, os produtos devem ser planejados de acordo com:

[...] a necessidade, o interesse, o hábito de uso e a percepção do usuário, previamente identificados por meio de estudos de usuários realizados com o enfoque mercadológico sugerido, seguidos da correta interpretação dos dados coletados, admitindo-se que as avaliações feitas possam implicar reformulações e eliminações de produtos e serviços, tradicionalmente oferecidos [...] (AMARAL, 1998, p. 177).

Como a Unidade de Informação não possui retorno pecuniário, a qualidade e o valor tomam uma definição diferente. Esses se baseiam na oferta e no retorno do usuário. Dessa forma, a troca se dá quando a UI media a informação e o usuário dá o *feedback*, que pode ser um agradecimento verbalizado, a volta do usuário à instituição, indicações para os demais consulentes, pesquisa no âmbito da biblioteca, entre outros exemplos. Baptista, Costa e Vianna Neta (2009, p. 92) defendem que é possível gerar indicadores de satisfação do usuário, como “[...] uso do produto pelo leitor, reconhecimento, atenção ou qualquer outra forma de recompensa pelo esforço de atender as necessidades do usuário [...]”.

Nesse caso, o “valor” é uma medida para avaliar a aceitação do produto oferecido. Isso porque a informação é um bem público, porém fica a cargo das UI cobrar ou não pelos serviços prestados. Prontamente, pode-se afirmar que aquele equivale ao tempo que deve ser

reduzido, ao máximo, na recuperação da informação desejada e o esforço para que este se sinta satisfeito com o atendimento, ambiente acolhedor, atingir o intangível do usuário. Além disso, indica a estratégia para levar a informação de qualidade aonde o usuário necessitar.

Ora, essa afirmação está estritamente ligada ao discurso da Biblioteconomia, quando esta tem por objetivo levar a informação certa para o usuário certo, no tempo certo. Na Era Digital, os “canais de distribuição adequados” devem ser melhor estudados, pois a rapidez e precisão dos recursos tecnológicos para o desempenho das atividades das UI são fatores reais.

A afirmação de Cobra (1992 apud STEFFEN, 2009), no que tange às quantias necessárias para cada cliente e o valor agregado aos produtos e serviços, também, traça seus paralelos com as leis 3 e 4 de Ranganathan, quando estas salientam que “Todo o leitor tem seu livro” e “Poupe o tempo do leitor”. Desta forma, esta diretriz visa à distribuição eficaz dos serviços e produtos, seja no ambiente físico ou virtual.

Nas Unidades de Informação, em uma época em que os recursos tecnológicos têm se tornado a principal fonte de informação, o gestor empreendedor deve maturar estratégias para atrair o usuário, tanto por meios dos recursos tradicionais ou digitais. As mídias sociais podem ser um fator que quebre as barreiras entre as bibliotecas e os seus consulentes. Além de ser um mecanismo mais fácil e com maior amplitude, pode despertar a curiosidade para os que são classificados como potenciais.

O diferencial das UI consiste na informação mais precisa possível em tempo hábil. Referente ao processo de aprimoramento de competências, fundamental em um empreendedor, o profissional da informação deve possuir os conhecimentos necessários das bases de dados e portais para que auxilie o seu cliente. Também o Serviço de Referência tem papel importante nesse aspecto, já que é tido como o cartão de visitas das bibliotecas, e, no caso das bibliotecas online, o *layout* do site.

O profissional da informação atende a uma demanda crescente e precisa analisar, constantemente o nicho, agregando valor aos serviços prestados e produtos oferecidos. Rubi, Euclides e Santos (2006, p. 86) afirmam que:

Tradicionalmente, os espaços de atuação do profissional bibliotecário são as instituições públicas, principalmente universidades, escolas, centros culturais e os arquivos. Porém, com a vinda das tecnologias de informação e de comunicação, esses espaços estão sendo ampliados, possibilitando ao profissional o desenvolvimento de suas atividades em diferentes contextos, tanto em relação à estrutura do trabalho quanto ao público atendido.

Para atender às necessidades dos usuários, de forma satisfatória, é fundamental que haja a interação entre estes e o profissional da informação. Mudar o estereótipo de

profissional inacessível e estagnado é crucial, nesse processo, ainda mais com o aumento de ferramentas de buscas disponíveis na internet. O marketing pessoal é um dos métodos a ser adotado para alcançar esse objetivo. Rubi, Euclides e Santos (2006, p. 86) garantem que:

[...] esse novo profissional deve contextualizar suas aptidões de acordo com a necessidade de cada indivíduo/organização, mostrar através de um contexto respaldado que é um profissional multifacetado, que pode disseminar a informação de qualquer área e em qualquer suporte [...]

Da mesma maneira, o gestor deve dispor, em seu planejamento estratégico, meios de antecipar possíveis ameaças nas suas ações na organização. A automação da biblioteca, além do uso de dispositivos eletrônicos são aliados importantes. O advento das mídias sociais – redes sociais, *blogs* e *microblogs* – deve ser encarado como oportunidade de interação, ao realizar o estudo de usuário, por exemplo, e a divulgação, como as novas aquisições. Ferramentas e dispositivos tecnológicos devem ser usados para atrair novos usuários, de forma criativa e atrativa. O bibliotecário com visão impulsiona o crescimento da organização em que trabalha, mediante o plano de gestão (RIBEIRO, 2010).

Aplicando essas estratégias, de maneira correta, o gestor pode transformar um usuário eventual em um frequente, através da construção de um relacionamento em que a satisfação deste esteja em primeiro lugar. Para tanto, isto demanda tempo e deve ser trabalhado dia a dia. Ademais, reinventar e adequar as estratégias à sua unidade, visando inovação, deve ser uma prática adotada constantemente. A análise do ambiente na empresa é muito importante, pois monitora fatores internos e externos à organização que podem afetar seu retorno como instituição (KOTLER; KELLER, 2006).

Outro ponto vital é o estabelecimento de metas da instituição. Precisam ser específicas, abrangendo os objetivos em relação à magnitude e ao prazo de acordo com o planejamento. As Unidades de Informação, conforme a análise do seu ambiente, delinearão suas metas para curto, médio e longo prazo, de forma hierárquica, do mais importante ao menos importante (KOTLER; KELLER, 2006). É ideal que os objetivos ou as mudanças que a UI deseja:

[...] possam ser visualizadas, antecipadamente, para serem melhor administradas, utilizando-se inclusive as técnicas de análise ambiental. [...] É necessário também, saber selecionar as oportunidades para agir e antecipar-se, a fim de alcançar resultados positivos, satisfazendo as necessidades de informações dos usuários, com os recursos que tiver disponíveis. (AMARAL, 1990, p. 313-314).

Após a definição das metas, formula-se a estratégia para se atingir os objetivos traçados. A partir disso, são implementados programas para efetivação das metas almejadas, estimulando seus custos (KOTLER; KELLER, 2006). Produzir resultados que justifiquem o custo investido é um desafio nas U.I, pois o ciclo brasileiro de pouco investimento em

organizações sem fins lucrativos é latente, e as próprias Unidades de Informação não têm tido o retorno esperado. Desta forma, uma postura mais proativa por parte do bibliotecário pode garantir uma gestão mais eficiente.

Apesar de ser muitas das vezes negligenciado, este controle na gestão é indispensável na aplicação da estratégia, pois monitora a adequação entre os objetivos e o mercado. Ora, o mercado muda constantemente na Era da Informação, e as UI devem estar atentas a essas mudanças, sejam elas tecnológicas, sociais ou situacionais. A discussão sobre atitudes empreendedoras tem crescido no campo da Biblioteconomia, nos últimos tempos.

3 CONCLUSÃO

As práticas empreendedoras estão presentes, no cerne humano, desde o início dos tempos. Constituem-se a força motriz por trás das inovações e transformações, no decorrer da passagem humana, que desencadearam alguma mudança significativa para o mundo. Estes indivíduos, com visão privilegiada, buscam as oportunidades, tomam a iniciativa de empreender, calculam os riscos e planejam a melhor forma de executar, visando à qualidade e a eficiência. Proativos, estão sempre atentos às necessidades com o intuito de antecipar as oportunidades de negócios, com comprometimento e persistência.

Os saltos, cada vez mais altos, dados pela sociedade, demandam, cada vez mais, renovações e aprimoramentos. Sendo assim, essa ação tem sido desempenhada por um número cada vez maior de indivíduos que tentam transformar uma possibilidade em oportunidade. As práticas empreendedoras, no decorrer do tempo, estão sendo usadas por um número maior de pessoas. Mediante estas, busca-se a inovação para atender uma demanda cada vez mais exigente.

A pesquisa se deu pela necessidade de entender como o empreendedorismo pode contribuir para a prática biblioteconômica, no que tange à inovação em serviços e produtos. Nessa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho consiste em identificar aspectos que configurem as práticas empreendedoras em unidades de informação. E por objetivos específicos:

- a) analisar perspectivas que denotem uma visão empreendedora dos bibliotecários;
- b) discutir sobre as tendências empreendedoras;
- c) enumerar as atitudes empreendedoras como mecanismos de mudança da realidade da Unidade de Informação.

O mercado atual requer, exponencialmente, um profissional preparado para enfrentar os desafios propostos por um nicho cada vez mais exigente. Para oferecer serviços e produtos

com qualidade, visando o diferencial que traz vantagem competitiva diante dos concorrentes, é preciso inovar. Embora os estudos voltados para essa temática seja mais voltado para a área da Administração, trazer para o campo da Biblioteconomia é de suma importância para expandir a área de atuação e atender demandas, ainda carentes, de determinados serviços e produtos que tem a informação como insumo.

Conhecer melhor os métodos e os benefícios de empreender faz com que o profissional da informação desbrave novos campos de atuação, além de agregar valor para aqueles que preferem os meios mais tradicionais (intraempreendedores). Não obstante, propicia mecanismos de avaliar as demandas e atender a necessidade do usuário, de maneira mais precisa, com resultados ainda mais evidentes, trazendo um *feedback* melhor.

Durante a avaliação do empreendedorismo na Biblioteconomia, notou-se que as mudanças nos hábitos da sociedade, no decorrer do tempo, exige uma mudança na postura do profissional da informação. Atualmente, é necessário possuir uma miríade de competências voltadas para o aperfeiçoamento das organizações que oferecem serviços e produtos voltados para este tipo consulentes. Sendo assim, o espírito empreendedor é visto como um fator crucial para promover as transformações necessárias dentro do setor biblioteconômico.

A visão holística do empreendedorismo impacta de forma positiva as tomadas de decisão e as práticas nessa área. As competências e o conhecimento adquiridos no decorrer da formação profissional, não só na academia, mas por outros meios, beneficiam a criação de novos negócios, voltados para um nicho diferente daqueles que recorrem a uma unidade de informação tradicional. As ferramentas proporcionadas pelas práticas empreendedoras dá o viés necessário para o planejamento da organização, desde a sua gênese até a ampliação das suas tarefas, calculando riscos e delimitando os objetivos propostos para aquele tipo de empreendimento.

As estratégias aplicadas pelos profissionais com essas características, desde o estudo da demanda, até a qualidade no produto final, que faz com que o cliente retorne, podem ser usadas para auxiliar o bibliotecário a exercer a sua responsabilidade social, de forma concisa e eficaz. O conhecimento dessas estratégias acarreta no aprimoramento de serviços, reflexão sobre o desempenho e a possibilidade de montar novos padrões de qualidade no atendimento, trato nos serviços voltados para a informação.

Planejar de forma minuciosa o trajeto da organização, calculando os riscos por meio da análise de oportunidades e ameaças, medindo as forças e fraquezas para os reparos na estrutura, é o primeiro passo para evitar possíveis problemas e contornar prováveis adversidades futuras. É preciso pensar a frente e refletir, constantemente, sobre os serviços e

produtos que deram mais retorno e porque algum não obteve o resultado esperado. Isso propicia as melhorias e agrega o valor para alcançar a satisfação.

Conclui-se, com toda a discussão acerca dessa temática, que a aplicabilidade desses conceitos reduz os riscos, compensa as incertezas e mudanças no cenário mercadológico. Elas otimizam e permitem as transformações gradativas, mantendo a qualidade e agregando valores imprescindíveis para manter a competitividade diante dos concorrentes, proporcionando o diferencial que garante a satisfação dos usuários.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. A.; DAVOK, D. F. Empreendedorismo na área de Biblioteconomia: análise das atividades Profissionais do bibliotecário formado na UDESC. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Florianópolis, v.14, n.1, p.313-330, jan./jun., 2009. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/646>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- AMARAL, S. A. do. Marketing e gerência de biblioteca. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília DF, v. 18, n. 311-317, jul/dez 1990.
- AMARAL, S. A. do. **Marketing na ciência da informação**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- AMARAL, S. A. do. **Marketing: abordagem em unidades de informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.
- BAPTISTA, S. G.; COSTA, M. M.; VIANA NETA, M. A. V. Marketing para promoção de produtos e serviços de informação: estudo de caso da biblioteca da presidência da república. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.6, n. 2, p. 83-104, jan/jun 2009.
- BERNARDES, J. F.; BLATTMANN, U. Empreendedor no ambiente da informação. **Ágora**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 95-110, jan./jun., 2011. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/262>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BOONE, L.E.; KURTZ, D. L. **Marketing contemporâneo**. 12. ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2009. 776 p.
- CASTRO, C. A. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1559>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Barueri: Manole, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ONs9CQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=empreendedorismo+chiavenato+2012&ots=bZzHxpdHtK&sig=yZpvejjeOirgCYttbENFZUZKtM#v=onepage&q=empreendedorismo%20chiavenato%202012&f=false>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: edição compacta. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

- FIGUEIREDO, D. F. Uma reflexão sobre o planejamento estratégico. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 2, n. 1, jan./abr. 2000. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/1697/1090>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- KOONTZ, C.; GUBBIN, B. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços de biblioteca pública**. 2. ed. rev. Berlin: De Gruyter Saur, 2013. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2008.
- LONGO, R. M. J. Gestão do conhecimento e unidades de informação. In: VERGUEIRO, W.; MIRANDA, A. C. D. **Administração de unidade de informação**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.
- NASCIMENTO, S. **5 forças competitivas de Porter**. 2011. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/_o-B0vCbo120/TI9x18oTtpI/AAAAAAAAABc/9dkcaI5xSmU/s1600/Cinco+For%C3%A7as+Porter.JPG>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- PÓVOAS, M. D. de J.; SILVA, R. C. V. da. Empreendedorismo organizacional: um olhar focado nos acadêmicos do curso de Biblioteconomia/UFMA. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 17., 2014, Fortaleza. **Anais Eletrônicos...** Fortaleza: UFC, 2014. Disponível em: <<http://www.erebdfortaleza2014.ufc.br/ANAIS%20DO%20XVII%20EREBD.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- RAMOS, P. B. A gestão na organização de unidades de informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 25, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000847&dd1=6a1c5>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- RIBEIRO, V. M. **O processo de marketing na biblioteca Ferreira Gullar do Centro de Criatividade Odylo Costa, Filho**. São Luís: EDUFMA, 2010.
- RUBI, M. P.; EUCLIDES, M. L.; SANTOS, J. C. dos. Profissional da informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Revista Sociedade e Informação**, João Pessoa, v.16, n.1, p.79-89, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_3eae59ce17_0012845.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- SALIM, C. S. et al. **Administração empreendedora: teoria e prática usando estudos de casos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- SILVA, A. F. G. da. Marketing em Unidades de Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília DF, v. 23/24, n. 1, p. 5-24, 1999/2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/10/pdf_c4db2d39c1_0012277.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVEIRA, H. F. R. da; CRUZ JÚNIOR, A. F. da. Inovação e aprendizagem em ambientes intergonizacionais colaborativos. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Aprendizado organizacional: fundamentos e abordagens multidisciplinares**. Curitiba: Ibpe, 2011. cap. 6.

SPUDEIT, Daniela et al. **Empreendedorismo na biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016.

STEFFEN, R. A. **A influência do mix de marketing e dos fatores comportamentais nas decisões do consumidor: o caso Sayuri produtos orientais**. Florianópolis: UFSC, 2009.

Informações:
(98) 3471 1955
www.fapeduca.com